

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 149/2025
Data: 03/10/2025**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PORTO DE SANTOS LIDERA EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR, MAS DESAFIOS LOGÍSTICOS PREOCUPAM SETOR	4
SANTOS BRASIL DEIXA BOLSA DE VALORES APÓS CMA CGM SE TORNAR CONTROLADORA MAJORITÁRIA	5
NOVO DIRETOR-GERAL DA ANTAQ DEFENDE, EM SANTOS, GESTÃO ABERTA E APROXIMAÇÃO COM O SETOR PORTUÁRIO	6
PARQUE VALONGO, EM SANTOS, TERÁ OBRAS MONITORADAS POR NOVO GRUPO CRIADO PELA.....	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
CABOTAGEM AVANÇA POUCO ENTRE INDÚSTRIAS DO NORDESTE, APONTA CNI.....	7
RECIFE SANCIONA NOVA LEI DE USO DO SOLO COM FOCO EM MORADIA NO CENTRO	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
MAIS DE 7 MILHÕES DE PASSAGEIROS PASSARAM PELOS AEROPORTOS DA REGIÃO NORTE NESTE ANO	12
"AGENDA DE DESENVOLVIMENTO ESTÁ TRANSFORMANDO A INFRAESTRUTURA DO PAÍS", AFIRMA MINISTRO DURANTE FÓRUM BRASIL DE IDEIAS.....	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	14
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INVESTI EM MOBILIDADE PARA CONCILIAR RODOVIAS E CIDADES	14
CONSULTA PÚBLICA DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PARA TORNAR A CNH MAIS ACESSÍVEL ESTÁ ABERTA ATÉ 2 DE NOVEMBRO.....	15
PORTAL PORTO GENTE	16
MULTILOG TEM AVANÇO DE OPERAÇÕES NO NORDESTE	16
FERROPORT, OPERADORA DO TERMINAL DE MINÉRIO DE FERRO NO RIO, IMPLANTA TECNOLOGIA INÉDITA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PORTOS.....	17
MINISTRO DEFENDE USO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE EM FERROVIAS QUE OPERAM NAS POLIGONAIS DE PORTOS.....	18
A RUMO É PATROCINADORA DIAMANTE DO FESTIVAL RME!	19
DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS MANTÉM PROFUNDIDADE DO CANAL E SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO.....	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – UM INVESTIMENTO ESTRATÉGICO EM TECNOLOGIA E TREINAMENTO	21
NACIONAL - HUB – CURTAS - DIÁLOGO COM SETOR PRODUTIVO E DRAGAGEM EM SANTOS REFORÇAM AGENDA DE INFRAESTRUTURA.....	22
<i>Aproximação</i>	22
<i>Resultados</i>	22
<i>Dragagem</i>	22
<i>Aprofundamento</i>	22
<i>Camex</i>	22
NACIONAL - CNPE DEFINE CONTEÚDO LOCAL PARA CONSTRUÇÃO DE NAVIOS-TANQUE E APOIO MARÍTIMO.....	23
NACIONAL - GOVERNO ABRE CONSULTA SOBRE FIM DA EXIGÊNCIA DE AUTOESCOLA PARA CNH.....	24
NACIONAL - CONTRATO DE CONCESSÃO GARANTE R\$ 8,8 BI EM OBRAS NA BR-040/495	24
REGIÃO NORDESTE - CINCO AEROPORTOS DO NORDESTE BATEM RECORDE DE PASSAGEIROS EM 2025	26
REGIÃO SUDESTE - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES TERÁ TECNOLOGIA FREE FLOW A PARTIR DO PRÓXIMO ANO.....	26
REGIÃO SUDESTE - FREDERICO DIAS FAZ 1ª VISITA AO PORTO DE SANTOS COMO DIRETOR-GERAL DA ANTAQ.....	29
REGIÃO SUDESTE - WILSON SONS INAUGURA CENTRO COM SIMULADOR DE REBOCADORES EM SANTOS	29
REGIÃO SUDESTE - APS E PARQUE TECNOLÓGICO FIRMAM ACORDO PARA PROJETOS DE INOVAÇÃO E ESG	30
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A BAHIA É O PRESENTE E O FUTURO DA MINERAÇÃO	31
BAHIA ECONÔMICA - BA	33
JORNAL O GLOBO – RJ.....	34
EXPORTAÇÕES DE SOJA DISPARAM COM TARIFAÇÃO, MAS BRASIL MONITORA RISCO DE REAPROXIMAÇÃO ENTRE CHINA E EUA.....	34
GOVERNO PUBLICA REGRAS DO PROGRAMA GÁS DO POVO; ENTENDA COMO VAI FUNCIONAR	35
INDÍCIOS DE 'REFINO FANTASMA' QUE LEVARAM ANP A FECHAR REFIT JÁ TINHAM SIDO APONTADOS EM 2017	36
PETRÓLEO CAI PARA SEU NÍVEL MAIS BAIXO EM CINCO MESES.....	39
BNDES E CHINA FIRMAM ACORDO PARA FUNDO DE R\$ 1 BI PARA INVESTIMENTOS EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, IA E MAIS	40
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	40
REFORMA ADMINISTRATIVA: DEPUTADOS RETIRAM DO TEXTO CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS POR AO MENOS DEZ ANOS	41
TARIFA DE USO DO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL, DA PETROBRAS, PODE SUBIR 63%; ENTENDA COMO AFETA O MERCADO	42
PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA CRESCE 0,8% EM AGOSTO APÓS QUATRO MESES SEM EXPANSÃO	44



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 149/2025
Página 3 de 61
Data: 03/10/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

EMPRESÁRIO DO AGRO DENUNCIA FRAUDE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL BILIONÁRIA CITADA EM VENDA DE SENTENÇAS.....	45
ILHA SOLAR FLUTUANTE DE ITAIPU CHEGA À FASE FINAL DE INSTALAÇÃO E DEVE INICIAR PRODUÇÃO EM NOVEMBRO.....	48
GOVERNO DE SP TIRA DO PAPEL SONHO CENTENÁRIO DA BAIXADA SANTISTA: O PRIMEIRO TÚNEL IMERSO DO BRASIL.....	48
TARIFAÇÃO DE TRUMP AFETA SEGMENTOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA COMO MADEIRA, MÓVEIS E EXTRATIVA	51
VALOR ECONÔMICO (SP).....	52
AGU NÃO SE OPÕE À FERROGRÃO, MAS APONTA FRAGILIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	52
RECEITA ATUALIZA REGRAS DA TRIBUTAÇÃO MÍNIMA SOBRE LUCRO DE MULTINACIONAIS	54
INDÚSTRIAS QUE EXPORTAM PARA OS EUA ESTÃO ENTRE AS QUE TIVERAM QUEDA DE PRODUÇÃO EM AGOSTO	54
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	55
PROPOSTA PARA USO DO FMM EM LINHAS FÉRREAS NAS POLIGONAIS NÃO TEM PREVISÃO DE ENVIO AO EXECUTIVO.....	55
SENADO CRIA FRENTE PARLAMENTAR PARA DESENVOLVIMENTO DA NAVEGAÇÃO BRASILEIRA	56
ÁREA TÉCNICA DO TCU RECOMENDA LEILÃO DO TECON 10 EM ETAPA ÚNICA	57
MOVIMENTAÇÃO DA MULTILOG NO NORDESTE CRESCE 2,5% EM 4 MESES.....	58
GOVERNO CRIA GT SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA LEI DAS EÓLICAS OFFSHORE	58
ASGAARD BOURBON VÊ OFFSHORE AQUECIDO E PLANEJA INVESTIMENTOS COM CAUTELA.....	59
SEGUNDO CICLO DO NAVEGUE SIMPLES VAI ATÉ AGOSTO DE 2026.....	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	61
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	61



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS LIDERA EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR, MAS DESAFIOS LOGÍSTICOS PREOCUPAM SETOR

Em 2024, cais santista escoou 72% do açúcar brasileiro; especialistas alertam para infraestrutura e tributação como entraves à competitividade

Por Bárbara Farias 3 de outubro de 2025



Porto de Santos movimentou, em 2024, 179,8 milhões de toneladas de açúcar, segundo dados da APS (Alexsander Ferraz/AT)

O Porto de Santos embarcou mais de 26 milhões de toneladas de açúcar em 2024, que correspondem a 14,6% de toda a movimentação local e 72% das exportações brasileiras do produto, segundo dados da Autoridade Portuária de Santos (APS). Mas, a Associação de Exportadores de Açúcar e Alcool (Aexa) aponta que a infraestrutura inadequada e tributação comprometem

competitividade do produto no mercado externo.

O tema foi tratado durante evento do setor, em Santos, na semana passada. Nele, o diretor de Operações da APS, Beto Mendes, apresentou números de movimentação que apontam Santos como o líder do ranking entre os cinco principais portos do País.

“O Porto de Santos sozinho movimentou, em 2024, mais do que Paranaguá (PR), Antonina (PR), Itaguaí (RJ) e Itaqui (MA) somados. Foram 179,8 milhões de toneladas contra 161 milhões nesses quatro portos”, afirmou Mendes. “Só para se ter uma ideia da relevância, 29% da corrente comercial líquida do País passa por aqui”, frisou o diretor da APS.

Trem

Quase toda a carga de açúcar - 94% - chega ao porto santista por ferrovia. Os principais destinos são China, Índia, Nigéria, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Apesar dos recordes, Mendes alertou para sinais de desaceleração em 2025.

“No caso específico do açúcar, estamos em 11,4% de participação na movimentação deste ano, contra 14,6% no ano passado. Isso acende uma luz laranja para todo o setor. Estamos apostando no diálogo e nas tratativas comerciais em andamento para enfrentar os impactos do tarifaço e de outras questões de mercado”, disse.

Projeções

Contudo, a secretária executiva da Aexa, Angela Quintanilha, reforçou que a discussão não pode se limitar ao desempenho atual, mas deve olhar para os gargalos futuros.

“O açúcar é o segundo produto mais exportado pelo Porto de Santos, mas, junto com outros setores do agro, enfrenta desafios relacionados à infraestrutura de acesso e à tributação”, diz ela.

Ela lembra da importância dos atuais debates em torno dos projetos de lei 4.158/2024, sobre ferrovias, e 733/2025, do marco regulatório dos portos. “É fundamental garantir condições adequadas para que esses recordes se mantenham e não virem gargalos de competitividade”, enfatizou Angela.

As discussões ocorreram no 1º Sugar Day, promovido no dia 25 de setembro pela Associação Comercial de Santos (ACS), em parceria com a Aexa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/10/2025

SANTOS BRASIL DEIXA BOLSA DE VALORES APÓS CMA CGM SE TORNAR CONTROLADORA MAJORITÁRIA

Com 93% das ações adquiridas, operadora de contêineres encerra negociação na B3; acionistas restantes terão opção de venda nos próximos três meses

Por Bárbara Farias 3 de outubro de 2025



A Santos Brasil é a maior operadora de contêineres do Porto de Santos e do País (Divulgação)

A Santos Brasil, maior operadora de contêineres do Porto de Santos e do País, deixa de negociar ações na Bolsa de Valores (B3) a partir desta sexta-feira (3). O fechamento de capital é uma decisão da CMA CGM, gigante do transporte marítimo que adquiriu 42,07% das ações da companhia em 11 de setembro e se tornou a controladora majoritária. Como a CMA CGM já tinha 51%, chega a 93,07%.

A Santos Brasil divulgou fato relevante informando alteração de registro no último dia 29. O comunicado ao mercado informa o pedido de conversão do registro de emissor de valores mobiliários da categoria "A" para a categoria "B" feito à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 12 de setembro. O prazo de análise do pedido pela CVM termina hoje.

"A companhia ressalta, por fim que manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre quaisquer outros desdobramentos relevantes, nos termos da legislação e regulamentação aplicável", comunicou, no fato relevante, o diretor econômico-financeiro e de Relações com Investidores da Santos Brasil, Daniel Pedreira Dorea.

CMA é a controladora

A CMA CGM, por meio de sua subsidiária CMA Terminals Atlantic, comprou mais de 363,5 milhões de ações da Santos Brasil (42,07% do capital) em leilão de oferta pública para aquisição de ações da companhia no dia 11 de setembro.

Com a operação, a CMA passou a deter cerca de 93% da empresa. Restam ainda 58,4 milhões de ações no mercado, que representam 6,76% do capital social.

Quem tem papéis da Santos Brasil e não quis vender durante o leilão poderá fazê-lo nos próximos três meses, recebendo o mesmo valor pago pela CMA (corrigido pela taxa Selic, descontados eventuais dividendos).

Investimento

A Santos Brasil tem plano de investimentos de R\$ 2,6 bilhões para ampliar e modernizar o Tecon Santos no período de 2019 a 2031. Isso vai ampliar a capacidade operacional para 3 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Essa capacidade, prevista para 2031, será entregue até 2026. A maior parte do investimento já foi feita.

"Para o biênio 25/26, estão programados entre R\$ 1 bilhão a R\$ 1,2 bilhão, levando o terminal a experimentar mais um salto de capacidade e produtividade".

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/10/2025

NOVO DIRETOR-GERAL DA ANTAQ DEFENDE, EM SANTOS, GESTÃO ABERTA E APROXIMAÇÃO COM O SETOR PORTUÁRIO

Em evento do Grupo Tribuna, Frederico Dias destacou o diálogo como eixo central de sua atuação e ressaltou a importância de fortalecer a governança da agência reguladora

Por *ATribuna.com.br* 3 de outubro de 2025



Frederico Dias veio a Santos especialmente para participar da Confraria do Porto, no Grupo Tribuna (Sílvia Luiz/AT)

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, que tomou posse no cargo no mês passado, disse na noite desta quinta (2), que o diálogo será pilar de sua gestão na agência reguladora.

Ele palestrou na Confraria do Porto, realizada no Grupo Tribuna, em Santos. Dias, que tem mandato até fevereiro de 2030, pretende conduzir a agência de forma aberta e colaborativa. “Pretendo basear minha gestão em diálogo e solução de problemas”, reforçou ele.

No evento com empresários e autoridades do setor, o novo diretor-geral traçou um histórico do papel das agências reguladoras no Brasil desde a criação delas, no fim da década de 1990. Segundo ele, a autonomia conquistada pelas instituições foi fundamental para dar segurança aos investidores privados. “Muito se pensou que as agências deveriam ser separadas da política, separadas do governo. Mas quando a gente olha para a realidade, como a gente pensa em infraestrutura hoje sem pensar na conexão entre os homens, na interação?”, pontuou.

Dias ressaltou que a Antaq é, atualmente, uma agência com governança altamente fortalecida, processo decisório transparente e confiável.

Ao detalhar sua estratégia, o diretor-geral explicou que o diálogo deve ocorrer em três níveis: interno, com diretores e servidores da agência; institucional, com órgãos como Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e com o setor privado.

“A agência tem uma sinergia muito grande com o setor privado”, explica. “Quando o setor está bem, significa que a agência está fazendo bem o seu papel”.

Participaram da Confraria do Porto, entre outras autoridades, o secretário-executivo do MPor, Tomé Franca, e o secretário nacional de Portos, Alex Ávila. No encontro, os participantes foram informados de que a Missão Internacional Porto & Mar 2026, do Grupo Tribuna, ocorrerá na China em abril.

Fonte: *A Tribuna Digital* - SP

Data: 03/10/2025

PARQUE VALONGO, EM SANTOS, TERÁ OBRAS MONITORADAS POR NOVO GRUPO CRIADO PELA

Prefeitura Serão 11 membros nomeados pelo prefeito para acompanhar a revitalização da área em conjunto com a APS

Por *ATribuna.com.br* 3 de outubro de 2025

A Prefeitura de Santos criou a Unidade de Gerenciamento do Programa de Recuperação e Restauração (UGP) do Parque Valongo, vinculada à Secretaria Municipal de Obras e Edificações (Seobe). O decreto do prefeito Rogério Santos (Republicanos) foi publicado no Diário Oficial do Município nesta quinta-feira (2).



Parque Valongo está na terceira fase, que vai revitalizar o Armazém 3, além fazer a urbanização e paisagismo do entorno e da Casa de Pedra (Alexsander Ferraz/AT)

A finalidade do grupo será planejar, coordenar, executar, monitorar e avaliar as ações necessárias à implantação e revitalização do Parque Valongo. A nova UGP, diz a Prefeitura, será composta por 11 membros que ainda serão nomeados pelo prefeito.

Entre as responsabilidades, estão o gerenciamento, a administração e a criação de um canal direto de comunicação com a Autoridade Portuária de Santos (APS), além da elaboração e compatibilização de projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos e de restauro. O grupo também deve fazer a fiscalização e o controle de qualidade dos serviços executados.

“Proporciona a possibilidade de um trabalho mais técnico, com uma equipe especialmente formada para atender às necessidades das obras no local. Com isso, vai resultar em maior fluidez e eficiência na resolução das demandas que surgem à medida que a obra vai sendo executada”, diz a secretária de Obras e Edificações, Larissa Oliveira Cordeiro.

A UGP Parque Valongo substitui a unidade concebida há dois anos. Porém, a anterior era vinculada ao gabinete do prefeito e contava apenas com um gestor, sem equipe fixa.

Fases

O Parque Valongo está na terceira fase, que consiste na ampliação do espaço de lazer e conveniência, revitalização do Armazém 3, urbanização e paisagismo do entorno e da Casa de Pedra.

A primeira fase foi entregue em julho de 2024 e abrange as áreas onde havia os armazéns 4, 5 e 6. O Armazém 4 foi reconstruído e os outros dois foram demolidos e, no lugar, foram instaladas áreas de esporte e lazer.

Em 26 de junho foi inaugurada a Passarela Porto-Cidade Engenheiro José Colla — segunda fase do parque. A estrutura tem 228 metros, 6,6 metros de altura livre e passa por cima da Rua Tuyuti e da Avenida Perimetral.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/10/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

CABOTAGEM AVANÇA POUCO ENTRE INDÚSTRIAS DO NORDESTE, APONTA CNI

Apenas 29% das indústrias do Nordeste utilizam a cabotagem, apesar do litoral extenso. Estudo da CNI aponta entraves como falta de infraestrutura, rotas irregulares e distância entre fábricas e portos
Por Paulo Goethe - De Recife paulo.goethe@movimentoeconomico.com.br

Embora possua aproximadamente 3.338 quilômetros de litoral, o que representa cerca de 35% da costa brasileira, o Nordeste tem apenas 29% de suas indústrias utilizando o transporte por cabotagem, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Das 41 empresas nordestinas que participaram da Consulta Empresarial sobre Cabotagem, a maioria enfrenta obstáculos logísticos e estruturais que limitam a adesão ao modal aquaviário.



Complexo do Pecém, no Ceará, integra rede de cabotagem que movimenta cargas entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil. Foto: Complexo do Pecém/Divulgação

O levantamento ouviu 195 empresas de 29 setores industriais, distribuídas por todas as macrorregiões do país. No recorte regional, Ceará e Rio Grande do Norte concentram o maior número de respondentes, com sete empresas cada, seguidos por Bahia e Sergipe. A baixa adesão ao transporte marítimo contrasta com o potencial estratégico da região, que abriga portos como Suape (PE),

Pecém (CE) e Salvador (BA).

As empresas participantes atuam principalmente nos setores de alimentos, bebidas, químicos e construção civil, que frequentemente demandam movimentação de cargas em grande volume — condição potencialmente favorável ao uso da cabotagem.

Estados com maior interesse em adotar a cabotagem, segundo a CNI

Estado	% das empresas interessadas
Rio Grande do Sul	17
Bahia	13
Rio Grande do Norte	13
Santa Catarina	13
Pernambuco	8
Rio de Janeiro	8
São Paulo	8
Sergipe	8
Maranhão	4
Pará	4
Paraná	4

[Descargar los datos](#) • Creado con Datawrapper

Falta de rotas, integração modal e distância dos portos limitam uso

Entre as indústrias que não utilizam a cabotagem, 45% apontam incompatibilidade geográfica com as rotas existentes, 39% relatam indisponibilidade de serviços regulares, e 15% mencionam o tempo de trânsito como fator limitante. Outros 15% citaram a distância entre a origem da carga e o porto mais próximo como entrave.

A distância média entre as plantas industriais e os portos também influencia a viabilidade logística: entre os usuários da cabotagem, a média é de 130 km; entre os não usuários, 265 km. Além disso, as empresas que utilizam a cabotagem transportam cargas por distâncias médias de 1.213

quilômetros, entre a origem e o destino das mercadorias. Já entre os que não utilizam, a média é de 862 quilômetros.

Apesar das dificuldades, uma em cada cinco empresas que ainda não usam o modal indicou que o adotaria se houvesse infraestrutura e serviços adequados.



Para as empresas que já utilizam o modal, os principais benefícios são a redução de custos logísticos (79%) e a segurança no transporte (21%). A operação por cabotagem tende a ser mais vantajosa para rotas superiores a mil quilômetros.

Em 2019, o Porto de Suape recebeu o primeiro serviço expresso de cabotagem de contêineres no Brasil, a partir do início da operação de uma nova rota direta para o Porto de Santos. Foto: Usina de

Filmes/Divulgação

Adesão maior entre grandes empresas e em estados costeiros

O uso da cabotagem está diretamente relacionado ao porte da empresa. Entre os pequenos negócios, apenas 7% utilizam o modal, e todos com uso pouco frequente. Entre as médias, o índice sobe para 22%, com predominância de uso moderado. Já entre as grandes empresas, 44% usam a cabotagem, sendo 8% com uso intensivo.

O levantamento também identificou os estados com maior propensão à adoção do modal, caso haja melhorias estruturais. O destaque está no Rio Grande do Sul (17%), seguido por Bahia (13%), Rio Grande do Norte (13%), Santa Catarina (13%), e outros como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe (8% cada).

CNI vê na cabotagem oportunidade para reequilibrar matriz de transportes

A cabotagem representa atualmente apenas 11% da matriz de transporte nacional, sendo 75% dessa movimentação concentrada em petróleo e derivados, segundo a CNI. A entidade projeta que, com um melhor equilíbrio modal, o país pode reduzir seus custos logísticos em até 13%.

Paula Bogossian, analista de infraestrutura da CNI, afirma: “Os custos de transporte no Brasil são elevados, uma vez que utilizamos equivocadamente o modal rodoviário em longas distâncias. Como mostra a pesquisa, a situação poderia ser diferente se aumentássemos o uso da cabotagem.”

Programa BR do Mar é visto como solução para ampliar o modal

Apenas 18% das empresas entrevistadas conhecem o Programa BR do Mar, criado pela Lei nº 14.301/2022 e regulamentado em julho de 2025 pelo Decreto nº 12.555/25. No entanto, 90% das empresas que conhecem o programa esperam obter benefícios com sua implementação.

Entre as empresas que já utilizam a cabotagem, 85% apontam a redução de custos como principal benefício esperado a partir do BR do Mar. Entre os que ainda não utilizam, esse percentual é de 70%.

Os entraves mais citados para o avanço do programa são os baixos investimentos em infraestrutura portuária — mencionados por 69% das empresas usuárias e 70% das não usuárias do modal.

Roberto Muniz, diretor de Relações Institucionais da CNI, avalia: “Apesar de termos uma costa litorânea extensa, ainda usamos pouco a navegação por cabotagem e os dados da pesquisa evidenciam esse potencial. Para a indústria, que transporta grandes cargas e volumes, a modalidade é um grande diferencial para a competitividade do setor. Por isso, o BR do Mar é tão relevante.”

Muniz também chama atenção para os critérios ambientais do programa: “A cabotagem já é seis vezes menos poluente que o transporte rodoviário. Os parâmetros para embarcações sustentáveis precisam promover o equilíbrio entre sustentabilidade e viabilidade econômica, sem comprometer o desenvolvimento da indústria naval nacional.”

O que é cabotagem

A cabotagem é a navegação entre portos ou pontos situados dentro de um mesmo país, utilizando vias marítimas ou interiores navegáveis, conforme definição da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O termo vem do navegador italiano Sebastiano Caboto (Veneza, 1476 – Londres, 1557), que no século XVI explorou a costa dos Estados Unidos, da Flórida ao atual Canadá, margeando as terras sem se afastar do litoral.

Diferencia-se da navegação de longo curso, que ocorre entre países distintos. Quando mais de um modal é usado, com operadores diferentes, trata-se de transporte intermodal. Se houver apenas um operador em toda a cadeia logística, o termo é transporte multimodal.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 03/10/2025

RECIFE SANCIONA NOVA LEI DE USO DO SOLO COM FOCO EM MORADIA NO CENTRO

Nova Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife sancionada por João Campos incentiva habitação no centro, amplia ZEIS e triplica áreas de preservação

Por Márcio Didier - De Recife marcio.didier@movimentoeconomico.com.br



Legislação moderniza normas urbanísticas, amplia áreas de preservação e cria 16 novas ZEIS
Foto: Renê Batista/Prefeitura do Recife

Um novo olhar para a cidade, com foco na reocupação do Centro. O prefeito João Campos sancionou, nesta sexta-feira (3), a nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) do Recife, aprovada no mês passado pela Câmara Municipal após um dos processos de revisão urbanística que envolveu audiência pública e debate amplo no legislativo municipal, privilegiando a participação popular no debate. A nova legislação substitui normas de 1996, 1997 e da chamada Lei dos 12 Bairros, alinhando o crescimento urbano às diretrizes do Plano Diretor de 2021 e às necessidades atuais da capital.

Entre os principais avanços está o estímulo à construção de moradias no centro, com concessão de bônus construtivos em outras regiões para quem investir na área central. A medida busca atrair empreendimentos, reverter a queda populacional registrada pelo Censo 2022 – que apontou a saída de quase 42 mil moradores do centro em dez anos – e permitir a criação de até 50 mil novas unidades habitacionais em cinco anos.

Centro do Recife reocupado

“Hoje é dia de sancionar a lei LPUOS, que vai permitir o crescimento ordenado do Recife. A nova lei incentiva a moradia no centro, especialmente habitações de interesse social, com bônus construtivos em outras áreas da cidade. Também vamos ampliar o Minha Casa Minha Vida, com terrenos aptos para moradias de todas as faixas e apostar em uma cidade-parque, como o Parque das Graças, transformando áreas à beira dos rios em espaços públicos e de lazer”, destacou o prefeito João Campos, ao sancionar a lei.

Ele acrescentou que o objetivo das mudanças é fazer o Recife voltado para a sua população. “Queremos uma cidade pensada para as pessoas, com calçadas mais largas, menos muros, mais

segurança urbana e preservação do patrimônio histórico. Fiz questão de sancionar essa lei aqui, no centro, porque aqui teremos grandes benefícios nos próximos anos”, completou o gestor do Recife.



Ao sancionar a nova lei, o prefeito do Recife, João Campos, destacou a possibilidade de crescimento ordenado da cidade Foto: Hélia Scheppa/Prefeitura do Recife

Áreas de preservação cultural

A nova legislação triplica as áreas de preservação cultural, que passam de 5 km² para 17 km², com a criação de novas Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH). Agora, 47 áreas passam a ter proteção reforçada, incluindo o Morro da Conceição e os postos salva-vidas Art Déco de Boa

Viagem. Ao mesmo tempo, foram criadas 16 novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que asseguram moradia digna e permanência para famílias de baixa renda em áreas centrais servidas por transporte e infraestrutura.

O texto aprovado também incorpora parâmetros que buscam incentivar o uso misto dos prédios – comércio no térreo e residências nos andares superiores –, eliminar a exigência mínima de vagas de garagem em novas construções e estimular a requalificação de imóveis antigos (retrofit). Essas mudanças reforçam o conceito de “cidade-parque”, prevendo calçadas mais largas, fachadas ativas, espaços de convivência e áreas verdes à beira dos rios, em linha com tendências internacionais de urbanismo sustentável.

Processo contou com a participação social e teve críticas

A Câmara Municipal aprovou a proposta do Executivo (PLE nº 16/2025) em setembro, em duas reuniões – ordinária e extraordinária. Antes de a proposta ir à votação, uma Comissão Especial realizou audiência pública com mais de quatro horas de duração, que contou com a participação de 648 pessoas, entre representantes da Prefeitura, movimentos sociais, Ministério Público, universidades, setor produtivo e sociedade civil.

O projeto recebeu 127 emendas, sendo 50 aprovadas, e foi relatado pelo vereador Carlos Muniz, que destacou o uso da Constituição Federal, do Estatuto das Cidades e do Plano Diretor como base legal. O processo de votação também foi acompanhado por movimentos de moradia, que lotaram as galerias do plenário.

Apesar dos avanços destacados pela gestão municipal, a nova LPUOS tem gerado controvérsia entre urbanistas, movimentos sociais e especialistas em planejamento urbano. A legislação extingue dispositivos da Lei dos 12 Bairros, criada em 2001 para estabelecer controles rigorosos em áreas valorizadas e de proteção ambiental, e flexibiliza parâmetros que permitem construções mais altas em vias anteriormente protegidas.

Setores da sociedade civil questionaram ainda o processo de aprovação, considerando que o tempo destinado aos debates públicos foi insuficiente para uma legislação de impacto tão significativo no desenvolvimento da capital. Para esses críticos, a nova norma representa uma inflexão no modelo de desenvolvimento urbano do Recife, com temores de que privilegie interesses do setor imobiliário em detrimento de conquistas de políticas urbanas mais inclusivas implementadas em gestões anteriores. A Prefeitura, por sua vez, defende que o processo foi amplamente participativo.

Minha Casa Minha Vida ampliado

O reforço à habitação de interesse social acompanha a expansão do programa federal Minha Casa Minha Vida, que retomou contratações em todas as faixas de renda em 2023. No Recife, segundo dados da Caixa Econômica Federal, o programa registrou mais de 13 mil unidades entregues desde sua criação. Com a ampliação de terrenos aptos à construção e o aumento do potencial construtivo,

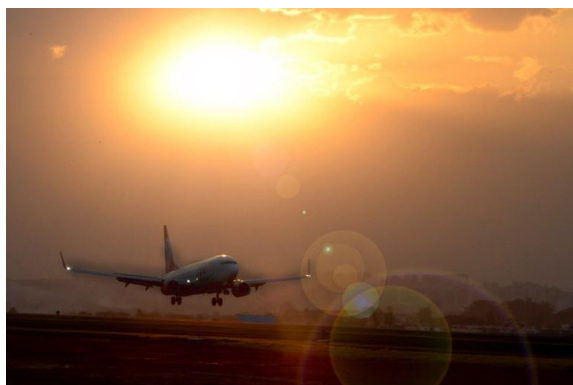
a expectativa da Prefeitura é atrair o setor privado e acelerar a retomada do centro como polo habitacional, econômico e cultural.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 03/10/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MAIS DE 7 MILHÕES DE PASSAGEIROS PASSARAM PELOS AEROPORTOS DA REGIÃO NORTE NESTE ANO



De janeiro a agosto, número cresceu 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Resultado é impulsionado por investimentos na infraestrutura aeroportuária

Demanda crescente por viagens aéreas no Norte, tanto domésticas quanto internacionais

A aviação da região Norte manteve trajetória de crescimento em 2025. Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), de janeiro a agosto, os aeroportos locais movimentaram 7,42

milhões de passageiros, número 3,6% superior ao registrado no mesmo período de 2024, quando 7,16 milhões passaram pelos terminais.

O desempenho confirma a continuidade da retomada observada no consolidado do primeiro semestre, quando o crescimento já havia sido de 7% em relação ao ano anterior. Apesar da queda pontual de 0,4% na movimentação em agosto de 2025, frente a agosto de 2024, o resultado acumulado evidencia maior demanda por viagens aéreas no Norte, tanto em deslocamentos domésticos quanto internacionais.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o resultado reflete os avanços na gestão e nos investimentos que vêm sendo realizados em parceria com operadores e concessionárias. “O aumento da movimentação no Norte demonstra o potencial da região e a importância de continuarmos investindo na infraestrutura aeroportuária. A COP30 será uma grande vitrine internacional, e estamos trabalhando para que os aeroportos estejam prontos para receber com qualidade os visitantes e impulsionar o desenvolvimento local.”, disse.

“O aumento da movimentação no Norte demonstra o potencial da região e a importância de continuarmos investindo na infraestrutura aeroportuária”.

Silvio Costa Filho

Destaques por aeroportos

Em agosto de 2025, os aeroportos de Belém (324,6 mil passageiros) e Manaus (277,8 mil) seguiram como principais portas de entrada da região. Outros terminais com movimentação expressiva foram Palmas (64,2 mil), Macapá (51,9 mil) e Porto Velho (51,6 mil).

No acumulado, também se destacou o crescimento dos voos internacionais, que somaram 222,6 mil passageiros entre janeiro e agosto de 2025, frente a 214,8 mil no mesmo período de 2024; um avanço de 3,6%.

O aumento da demanda reflete as características econômicas e culturais do Norte. A região é marcada pela força do agronegócio, da indústria extrativa e do turismo cultural.

AVIAÇÃO NO NORTE CRESCER EM 2025 E SE PREPARA PARA A COP30



Destaques da aviação no Norte

Um exemplo é o Festival Folclórico de Parintins, realizado no Amazonas no fim de junho: em apenas um fim de semana, recebeu mais de 120 mil turistas, número superior ao da própria população local.

O evento movimenta pousadas, restaurantes, transportes e serviços, e tem impacto direto na movimentação aérea regional.

Investimentos em infraestrutura

O crescimento vem acompanhado de investimentos do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para garantir mais qualidade e segurança nas operações. Entre as iniciativas recentes estão obras e projetos de modernização anunciados no Norte Export 2025, como melhorias na infraestrutura logística, ações de sustentabilidade e ampliação de rotas para fortalecer a conectividade da região.

Também estão em andamento intervenções em aeroportos estratégicos do Norte, com apoio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que

prioriza a pavimentação de pistas, ampliação de terminais e adequação de pátios de aeronaves.

A movimentação aérea no Norte deve ganhar ainda mais impulso com a realização da COP30 em 2025, na cidade de Belém. O evento internacional deve atrair milhares de visitantes, consolidando a capital paraense como hub de conexões aéreas e reforçando a importância de investimentos na infraestrutura regional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 02/10/2025

"AGENDA DE DESENVOLVIMENTO ESTÁ TRANSFORMANDO A INFRAESTRUTURA DO PAÍS", AFIRMA MINISTRO DURANTE FÓRUM BRASIL DE IDEIAS

No Rio de Janeiro, encontro reuniu autoridades e lideranças empresariais para debater segurança jurídica, energia e infraestrutura



O evento reuniu ministros, autoridades públicas e lideranças empresariais em um espaço de diálogo sobre os rumos do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta quarta-feira (2/10) do Fórum Brasil de Ideias – Segurança Jurídica e Infraestrutura, realizado no Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro.

Promovido pelo Grupo VOTO e pelo Brazil Journal, o evento reuniu ministros, autoridades públicas e

lideranças empresariais em um espaço de diálogo sobre os rumos do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Durante sua participação, Silvio Costa Filho ressaltou a importância da aproximação entre governo e setor produtivo para garantir segurança jurídica e ampliar investimentos em infraestrutura.

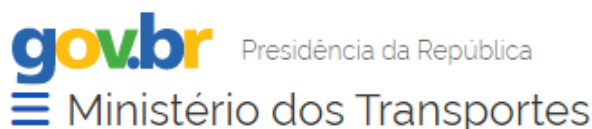
Segundo o ministro, o encontro foi fundamental para “conversar sobre o momento do Brasil, da infraestrutura, da segurança jurídica e também sobre os investimentos nos setores portuário e da aviação, mostrando todas as oportunidades que o país tem a oferecer ao setor produtivo nacional e internacional”.

O ministro destacou ainda o bom desempenho dos setores: “O setor portuário está crescendo, batendo recordes, e a aviação também vem superando as expectativas. Esse é o governo do presidente Lula, que tem entregado investimentos em portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, saneamento e habitação. Essa agenda de desenvolvimento está gerando resultados concretos, como o menor índice de desemprego da história, de 5,6%, além da saída de milhões de brasileiros do mapa da fome e da miséria.”

A participação de Silvio Costa Filho no fórum reforçou o compromisso do Ministério de Portos e Aeroportos com uma agenda de desenvolvimento que combina competitividade logística, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida da população.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 02/10/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INVESTE EM MOBILIDADE PARA CONCILIAR RODOVIAS E CIDADES

Durante o 1º fórum Brasil de Ideias, ministro Renan Filho detalhou os esforços para tornar a logística nacional mais eficiente e segura



No Rio de Janeiro, Renan Filho apresenta avanços na mobilidade e modernização da infraestrutura para integrar rodovias e cidades. – Foto: Luiz Siqueira/MT

Equilibrar o intenso fluxo de veículos que circulam pelo país, líder global na produção de alimentos, tem sido um dos principais compromissos do Ministério dos Transportes. Nesta quinta-feira (2), durante o 1º fórum Brasil de Ideias - Segurança Jurídica e Infraestrutura, realizado no Rio de Janeiro, o ministro Renan Filho apresentou as principais ações da pasta para

modernizar a logística nacional e reduzir os tempos de deslocamento.

“A trajetória de desenvolvimento que o nosso país vem trilhando reflete o comprometimento e a visão estratégica que o Governo Federal tem dedicado incansavelmente. Os projetos de infraestrutura implantados nesta gestão não apenas impulsionaram a modernização dos ativos públicos, mas também geraram um impacto positivo substancial na economia, promovendo a criação de empregos e a geração de renda para milhões de brasileiros”, afirmou o ministro.

Atualmente, parte dos desafios está concentrada em equacionar a dinâmica das viagens nas rodovias, considerando os mais de 3 milhões de caminhões registrados no Brasil em 2024. Esses veículos transportam toda a cadeia do agronegócio, seja para abastecer o mercado interno ou para exportação. Além disso, o país conta com mais de 63 milhões de automóveis e 28 milhões de motocicletas.



O trabalho consiste em diminuir os gargalos que tornam a infraestrutura logística ainda mais desafiadora nos trechos de maior congestionamento entre diferentes categorias de veículos, como os acessos a grandes cidades, bairros movimentados e fronteiras.

Infraestrutura no pódio

“O Brasil está retomando obras históricas importantíssimas e realizando outras adicionais. Não é à toa que estamos batendo recordes de exportação, mesmo sob a tarifa americana. A infraestrutura certamente ajuda muito nesse contexto, pois eleva a produtividade da economia e garante novas alternativas”, reforçou Renan Filho.

Entre as medidas em curso, o Ministério dos Transportes tem priorizado a implantação de novos corredores rodoviários e ferroviários em diversas regiões. A intenção é descentralizar a logística, atualmente concentrada no Sudeste, reduzir os engarrafamentos e fomentar o desenvolvimento regional, por meio de modais mais eficientes e com menor custo.

Diversas frentes de obras também estão em andamento para revitalizar a malha viária nacional, com o uso de novas tecnologias e materiais de maior

durabilidade. A meta é oferecer estradas mais seguras, resilientes e capazes de reduzir os sinistros no trânsito.

“Já realizamos 17 leilões de rodovias, com 15 vencedores diferentes. Ou seja, transparência, democratização do acesso às estradas e atração de investimentos internacionais são nossos objetivos”, concluiu Renan Filho.

Jeitinho carioca

O Rio de Janeiro é um dos mais importantes centros econômicos do Sudeste, devido ao alto fluxo de turistas e de mercadorias. Os investimentos do Governo Federal na melhoria da infraestrutura de transportes do estado passaram de R\$ 92,3 milhões em 2022 para R\$ 132,2 milhões disponíveis em 2025, um aumento de aproximadamente 43%. Somente em 2024, foram destinados R\$ 72,9 milhões para obras em rodovias e ferrovias fluminenses.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 02/10/2025

CONSULTA PÚBLICA DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PARA TORNAR A CNH MAIS ACESSÍVEL ESTÁ ABERTA ATÉ 2 DE NOVEMBRO

Proposta moderniza o processo de habilitação e amplia opções de formação de novos condutores. População pode contribuir com a construção do projeto pela plataforma Participa + Brasil



Propostas da população vão ajudar a construir um modelo mais inclusivo de formação de condutores no país. - Foto: AdobeStock

Interessados em contribuir com a proposta que moderniza o acesso à Carteira Nacional de Habilitação (CNH) têm até 2 de novembro para enviar sugestões na consulta pública aberta pelo Ministério dos Transportes nesta quinta-feira (2). A iniciativa busca tornar o processo de habilitação mais acessível, democrático e barato, além de incentivar a regularização de milhões de motoristas

que hoje dirigem sem carteira.

A minuta está disponível por meio da plataforma Participa + Brasil, e qualquer cidadão pode participar enviando sugestões e contribuições. Depois desse período, o texto será analisado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que deverá regulamentar a nova norma. A expectativa é que, ao flexibilizar etapas e permitir diferentes formatos de formação, o custo da primeira habilitação caia de forma significativa — podendo ser reduzido em até 80%.

Por que a mudança?

De acordo com o ministro dos Transportes, Renan Filho, o modelo atual é excludente, caro e demorado, impedindo milhões de pessoas de terem acesso à habilitação. A expectativa é que a redução de custos — atualmente, o valor para tirar a primeira CNH pode ultrapassar R\$ 3,2 mil, a depender da localidade da emissão — diminua a informalidade no trânsito, já que cerca de 20 milhões de brasileiros dirigem sem carteira.

Para o secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, corrigir o modelo atual é uma etapa essencial para ampliar o acesso e qualificar a formação de condutores. “É isso o que estamos propondo, inclusive para que as pessoas participem, deem uma olhada na consulta pública, para esclarecer exatamente o que estará previsto na minuta e fazer sugestões. É muito importante que o setor e a sociedade civil organizada façam sugestões. Nesse caminho, o processo pode melhorar, inclusive com a incorporação de experiências internacionais”, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 02/10/2025



PORTAL PORTO GENTE

MULTILOG TEM AVANÇO DE OPERAÇÕES NO NORDESTE

Redação Portogente

 Empresa registra crescimento na região com a movimentação de cargas como celulose e insumos da indústria automotiva

 Operações da Multilog em Salvador (BA)

A movimentação de celulose, insumos da indústria automotiva e commodities, especialmente minérios, tem contribuído para o avanço das operações no Nordeste da Multilog, uma das maiores operadoras de logística integrada do País. Essas cargas responderam por aproximadamente 13 mil viagens realizadas pela empresa de janeiro a setembro. 



A companhia ampliou as operações junto aos 15 principais clientes do Nordeste e conquistou novos contratos, o que levou a um crescimento de 2,5% na região nos últimos quatro meses, em comparação ao mesmo período do ano passado. A previsão é manter a mesma curva de evolução até o fim do ano. [↑ TOP](#)

Além do transporte rodoviário de contêineres — que representa a maior parte da operação na região —, a unidade oferece serviços de pátio, como: pré-stacking (organização de contêineres antes do embarque no navio), ovação e desova de contêineres e

crossdocking (transferência direta da doca de recebimento para a de expedição, sem armazenamento, garantindo mais agilidade). [⚙️](#)

📍 Em Salvador (BA), a Multilog dispõe de aproximadamente 35 mil m² de pátio e 12 mil m² de armazéns, com área para produtos químicos e posições porta pallet com drive in. A frota própria é composta por 26 veículos e há uma equipe robusta e agregados, incluindo mais de 100 implementos.

Recentemente, a Multilog investiu em mais uma reach-stacker para movimentação de contêineres e planeja aumentar a área de armazéns na capital baiana em 3 mil m² no primeiro semestre de 2026. A empresa também atua para que a unidade Nordeste conquiste a certificação REDEX (Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação) junto à Receita Federal. [✅](#)

"A operação da Multilog no Nordeste conta com importantes diferenciais que têm contribuído para o nosso crescimento", destaca Vinicius Santana, gerente de desenvolvimento de negócios, ao citar a estrutura composta por frota própria, pátio, armazéns, certificações para operar produtos químicos e perigosos e a qualidade no atendimento, que inclui rastreamento dos veículos, equipe especializada e equipamentos novos. [🔒](#)

Segundo ele, a Multilog Nordeste prevê aumento das importações pelo Porto de Salvador devido ao início da operação, no Brasil, de uma importante empresa que deverá internalizar grande volume de cargas ainda em 2025. "Estamos otimistas com a expectativa de novos negócios e, consequentemente, de um aumento da volumetria de transportes e armazenagem de cargas na unidade", completa Santana. [📦](#)

[i](#) Sobre a Multilog

A Multilog se posiciona como uma plataforma consolidadora de operações logísticas no País. É líder na administração de recintos alfandegados no Brasil, incluindo os pontos de fronteiras secas no Mercosul. Possui certificação de Operador Econômico Autorizado (OEA) em cinco centros logísticos e dois portos secos. Conta com 35 unidades, totalizando 2,2 milhões m² de áreas de armazenagem, além de atender setores como alimentos, saúde, químico, automotivo, agronegócio e tecnologia. [🌐](#)

Fundada em Santa Catarina, com mais de duas décadas de expertise, foi autorizada a operar a primeira EADI em 1996. Expandiu para o Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Nordeste, atingindo em 2022 faturamento de R\$ 1 bilhão. Em 2023, inaugurou novas unidades, como o Porto Seco de Dionísio Cerqueira, o Armazém Químico de Itajaí e o Polo de Saúde de Alphaville. [🚀](#)

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 03/10/2025

FERROPORT, OPERADORA DO TERMINAL DE MINÉRIO DE FERRO NO RIO, IMPLANTA TECNOLOGIA INÉDITA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PORTOS
Redação Portogente



 Ferroport adota sistema inédito de IA para monitorar embarque de minério no Porto do Açu

A Ferroport, operadora do terminal de minério de ferro no Porto do Açu (São João da Barra – RJ), implantou um sistema inédito no Brasil para o setor portuário: o Sistema de Detecção de Materiais Adversos por Inteligência Artificial (IA). 

 Câmeras de correias transportadoras detectam

qualquer material que não seja minério

Desenvolvido em parceria com a SVA Tech, o sistema utiliza visão computacional de última geração, com câmeras que processam imagens em tempo real por redes neurais. O objetivo é monitorar e identificar qualquer presença de materiais indesejados no fluxo de carregamento até os navios – desde pequenas pedras até chapas e detritos. 

Três câmeras foram instaladas nas saídas das casas de transferência e monitoram continuamente o embarque do minério. Em 2024, a Ferroport registrou recorde histórico de exportações: 25,014 milhões de toneladas (+4%), consolidando-se como o 3º maior terminal privado do Brasil em movimentação de minério. 

Quando algum contaminante é identificado, o sistema emite alertas imediatos, inclusive sonoros, permitindo respostas rápidas da operação e do controle de qualidade. Nos testes, atingiu 100% de acerto  — reforçando sua confiabilidade. A inovação será apresentada no Port Performance Summit Brasil 2025, em São Paulo.

“Com essa solução pioneira, a Ferroport se torna o primeiro porto do Brasil a contar com a tecnologia embarcada em transportadores, reafirmando nosso compromisso com inovação, segurança operacional e excelência”, destacou Luiz Francisco Silva, gerente-geral de Operações da companhia.

Segundo Alex Ribeiro, engenheiro de Processos: “Mais do que tecnologia de ponta, esse projeto é um grande passo em direção à excelência operacional, segurança e sustentabilidade. Uma iniciativa feita por pessoas que acreditam no futuro e fazem a diferença todos os dias.” 

Sobre a Ferroport: A companhia opera o terminal de minério de ferro do Porto do Açu, em parceria com a Anglo American, que transporta o produto por mineroduto de 529 km desde Conceição de Mato Dentro (MG). São 10 mil toneladas/hora de capacidade nominal, com operação 24h por dia, 365 dias por ano. Além da eficiência logística, a Ferroport mantém forte compromisso com segurança, meio ambiente e comunidade local. 

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 03/10/2025

MINISTRO DEFENDE USO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE EM FERROVIAS QUE OPERAM NAS POLIGONAIS DE PORTOS

Redação Portogente



 Silvio Costa Filho prevê ampliação do escoamento da produção pelos portos

O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, participou da 9ª edição do evento Brasil nos Trilhos e defendeu o uso de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) em projetos ferroviários que operem nas poligonais dos portos brasileiros. Segundo

ele, essas iniciativas vão ampliar o escoamento da produção nacional pelos portos. 🚢

Ministro defendeu no evento *Brasil nos Trilhos o uso de recursos do FMM em projetos ferroviários que operem nas poligonais dos portos brasileiros* — Foto: Vosmar Rosa/MPor

“Hoje, 70% do Fundo da Marinha Mercante é destinado à navegação. Já assinamos quase R\$ 25 bilhões para navegação e R\$ 10 bilhões para o setor portuário. Mas o fundo tem recursos suficientes para também apoiar projetos de ferrovias que estão na poligonal de portos. Isso é uma forma de estimular as ferrovias que estão operando em portos brasileiros”, afirmou o ministro. 📈

Ele acrescentou que está preparando uma proposta de modelo que inclua esses projetos para apresentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ressaltando que é necessária a autorização do Conselho Diretor do FMM, órgão colegiado presidido pelo secretário de Navegação do MPor.

Segundo Silvio Costa Filho, “com as ferrovias elevando as operações portuárias, a gente vai crescer 30% o escoamento da produção brasileira”. Ele também destacou o investimento de R\$ 1,7 bilhão, anunciado nesta semana no Amazonas com recursos do FMM, para a construção de 188 barcaças. Desde 2023, já foram priorizados R\$ 70 bilhões do fundo para projetos, volume três vezes maior que o aprovado entre 2019 e 2022.

O ministro defendeu ainda a prioridade para o setor hidroviário, integrado a ferrovias e rodovias, como forma de garantir uma logística nacional mais eficiente. “Vamos fazer a primeira concessão de hidrovias, a hidrovia do Paraguai, estratégica para o desenvolvimento da América do Sul”, afirmou.

Ele destacou o impacto logístico e sustentável: “Com a hidrovia, temos uma redução de 40% no custo logístico. A cada grupo de dez barcaças, retiramos mil caminhões das rodovias, o que também contribui para a pauta da sustentabilidade”. 🌍

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 03/10/2025

A RUMO É PATROCINADORA DIAMANTE DO FESTIVAL RME!

Redação Portogente



🚂 A Rumo é a maior operadora privada de ferrovias de carga do país

Conectando regiões produtoras aos principais portos brasileiros, transportamos grãos, biocombustíveis, açúcar, minérios, celulose, contêineres e bens de consumo, com soluções logísticas eficientes, competitivas e de baixo carbono. 🌱

👉 Contar com mais mulheres é um compromisso da Rumo

Queremos alavancar o número de mulheres em diversos cargos, em especial de liderança. Nos últimos anos, nos dedicamos a trazer o tema para o centro das nossas pautas, considerando os direcionadores de diversidade, inclusão e ESG, bem como questões ligadas a gênero. 👤

☀️ Conheça algumas das ações que impulsionam a presença feminina:

👩 Mulheres em Movimento: Programa de mentoria voltado para o desenvolvimento de carreira, premiado como o melhor programa Pró-Mulheres no setor de Infraestrutura durante o Fórum Infra Women Brazil 2024.

👗 Uniformes femininos: Adequação de uniformes para mulheres que atuam na operação, incluindo modelo exclusivo para gestantes.

🏗️ Elas Constroem: Iniciativa voltada para as mulheres que atuam nas operações de Infraestrutura, promovendo workshops, encontros presenciais e on-line para troca de experiências e fortalecimento da presença feminina no setor.

🇧🇷 1.337 mulheres na companhia

💼 30% de mulheres em cargos de liderança

🎯 Vagas afirmativas e treinamentos: Criação de vagas afirmativas com foco em liderança, além de treinamentos, rodas de conversa, programas de saúde e bem-estar que fortalecem a equidade.

📈 Crescimento de 15% em relação ao último ano

👩 Duas mulheres no C-Level

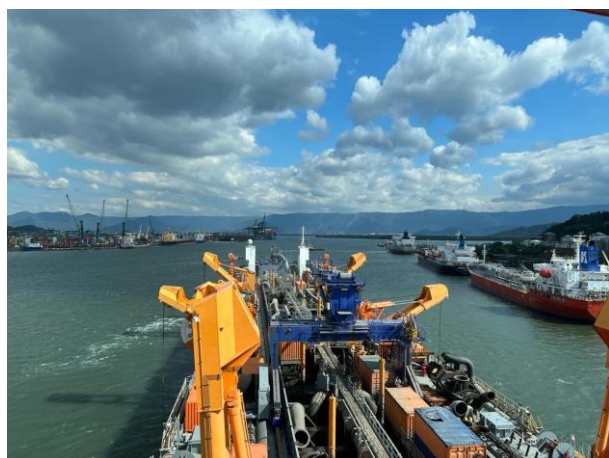
Neste ano, estaremos presentes como patrocinadores diamante do Festival RME. Para nós, essa é uma oportunidade especial de estar ainda mais próximas das mulheres, apresentando nossas iniciativas, compartilhando oportunidades de carreira e fortalecendo a presença feminina no setor de infraestrutura e logística. 🚀

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 03/10/2025

DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS MANTÉM PROFUNDIDADE DO CANAL E SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

Redação Portogente



⚓ Campanha iniciada em julho durou cerca de dois meses e retirou sedimentos do canal de navegação e de berços de atracação

A Autoridade Portuária de Santos (APS) concluiu no início de setembro uma campanha de dragagem no Porto Organizado de Santos. O serviço durou cerca de dois meses e consistiu na retirada de sedimentos e manutenção da profundidade esperada no canal de navegação, desde a região da Alemoa até a Barra, na Ponta da Praia. O serviço contemplou também berços de atracação. 🚢

Após a dragagem, a APS realizou batimetria, que confirmou as profundidades — o canal de navegação, por exemplo, permanece com aproximadamente 15 metros, permitindo o acesso por navios de grande porte. ⚓

Graças às campanhas de dragagem, o Porto de Santos vem mantendo o calado operacional e a segurança da navegação. O complexo portuário está situado em um estuário que recebe volume significativo de sedimentos, que podem provocar assoreamento e reduzir as cotas de projeto

estabelecidas, principalmente em razão das chuvas e de eventos oceanográficos de grande intensidade. 🌊

As ações não visam apenas o presente, mas principalmente o futuro do Porto de Santos, como explica o presidente da APS, Anderson Pomini: "manter o calado atual é essencial, mas nós já estamos dando andamento no aprofundamento do canal, algo que não é feito há mais de dez anos, atendendo a uma necessidade do mercado, que é o aprofundamento do canal de navegação do Porto de Santos". A obra começou pelo derrocamento de rochas no estuário: "Estamos abrindo caminho seguro para chegarmos aos 16 e, na sequência, aos 17 metros de profundidade, o que trará a tranquilidade definitiva para recebermos, a qualquer hora do dia ou da noite, os maiores navios do mundo", afirma Pomini. 🚢🌍

Sobre a Autoridade Portuária de Santos: A Autoridade Portuária de Santos é uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos. É responsável pelo planejamento logístico e pela administração da infraestrutura do Porto Organizado de Santos, o maior da América Latina, por onde passam aproximadamente 30% das trocas comerciais brasileiras. O complexo portuário está localizado a 70 quilômetros da Grande São Paulo e possui 53 terminais, sendo 39 arrendamentos, 8 retroportuários e 6 terminais de uso privado (TUPs), situados em duas margens: uma em Santos (direita) e outra em Guarujá (esquerda).

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 03/10/2025

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM INVESTIMENTO ESTRATÉGICO EM TECNOLOGIA E TREINAMENTO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Wilson Sons, um dos grandes nomes da logística brasileira, marcou um ponto de inflexão na qualificação profissional do setor com a inauguração de um novo centro de treinamento em Santos (SP). A instalação de um moderno simulador de manobras para rebocadores eleva o padrão de segurança e eficiência das operações portuárias no País. Localizado no mesmo edifício que abriga a Central de Operações de Rebocadores (COR), o novo espaço reforça o compromisso da empresa com a inovação contínua.

A tecnologia do simulador é um diferencial estratégico, pois permite analisar e aprimorar manobras complexas, incluindo aquelas realizadas com os navios de grande porte, de 366 metros de comprimento, que se tornaram frequentes nos portos brasileiros. O equipamento não apenas treina os comandantes da frota de mais de 80 rebocadores da companhia, mas também oferece a capacidade de simular cenários personalizados para cada porto, testando soluções para desafios específicos do setor.

A importância do investimento da Wilson Sons em tecnologia e treinamento de seus colaboradores em Santos é estratégica para a competitividade do comércio exterior brasileiro. Os rebocadores são embarcações de apoio essenciais para a segurança e a agilidade nas manobras de atracação e desatracação, e a capacidade de simular situações de risco em um ambiente controlado minimiza a possibilidade de acidentes e otimiza o tempo de resposta das equipes.

Conforme afirmou o diretor de Operações de Rebocadores, Rodrigo Bastos, a tecnologia do novo simulador reforça a estratégia de inovação da companhia e contribui para a segurança e a eficiência das operações. O investimento, portanto, não beneficia apenas a Wilson Sons, mas toda a cadeia logística. O monitoramento contínuo da frota e a alocação do rebocador mais adequado para cada demanda, possibilitados pela tecnologia, garantem a máxima eficiência dos ativos e adicionam uma importante camada de sustentabilidade às operações, com a redução de emissões.



O fato de a empresa oferecer a possibilidade de clientes e partes interessadas utilizarem o simulador para análise de projetos e realização de testes também demonstra a visão colaborativa da iniciativa, posicionando o novo centro como uma referência para a inovação no setor. A união de tecnologia de ponta e qualificação profissional em Santos, um dos portos mais importantes da América Latina, é um exemplo a ser seguido pelas demais operadoras logísticas do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - DIÁLOGO COM SETOR PRODUTIVO E DRAGAGEM EM SANTOS REFORÇAM AGENDA DE INFRAESTRUTURA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

APROXIMAÇÃO

“O diálogo entre governo e setor produtivo é fundamental para garantir segurança jurídica e ampliar investimentos em infraestrutura”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante participação no Fórum Brasil de Ideias – Segurança Jurídica e Infraestrutura. O evento foi realizado na quinta-feira (2), no Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, reunindo ministros, autoridades públicas e lideranças empresariais para debater os rumos do desenvolvimento econômico e social do país.

RESULTADOS

Costa Filho destacou ainda o desempenho positivo dos setores portuário e aéreo. “O setor portuário está crescendo, batendo recordes, e a aviação também vem superando as expectativas”, afirmou. Ele ressaltou que os investimentos em infraestrutura fazem parte da agenda do governo federal. “Esse é o governo do presidente Lula, que tem entregado investimentos em portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, saneamento e habitação”, declarou.

DRAGAGEM

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou nesta semana que concluiu, no início de setembro, uma campanha de dragagem no Porto de Santos. Em dois meses, foram retirados sedimentos no canal de navegação e nos berços de atracação. A batimetria feita após o serviço confirmou o canal principal com cerca de 15 metros de profundidade, suficiente para a entrada de navios de grande porte. Em nota, a APS reforçou que as dragagens são essenciais para manter o calado operacional e a segurança da navegação.

APROFUNDAMENTO

Nesse mesmo comunicado, o presidente da APS, Anderson Pomini, afirmou que o porto já avança no projeto de aprofundamento do canal. “Manter o calado atual é essencial, mas já estamos dando andamento em uma obra que não ocorre há mais de dez anos, atendendo a uma necessidade do mercado”, disse. Segundo ele, os trabalhos começaram pelo derrocamento de rochas no estuário. “Estamos abrindo caminho para chegarmos a 16 e depois a 17 metros, o que dará tranquilidade para recebermos os maiores navios do mundo”, completou.

CAMEX

O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Rodrigo Zerbone, participou na quarta-feira (1) de audiência da Comissão Mista do Congresso sobre a MP do Plano Brasil Soberano, que prevê medidas de apoio a empresas afetadas por restrições dos EUA às exportações brasileiras. Zerbone destacou que a MP cria um novo modelo de crédito à exportação, com fundo privado em parceria com o público, com aporte inicial de R\$ 1,5 bilhão. A meta é atender 600 micro, pequenas e médias empresas por ano e alcançar exportações anuais de US\$ 46 bilhões em quatro anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

NACIONAL - CNPE DEFINE CONTEÚDO LOCAL PARA CONSTRUÇÃO DE NAVIOS-TANQUE E APOIO MARÍTIMO

Resoluções estabelecem índices mínimos de produção nacional para embarcações destinadas ao transporte de petróleo, gás e operações de cabotagem

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



Em navios-tanque e gaseiros, o índice será calculado pela proporção entre o valor dos bens produzidos e de serviços prestados no Brasil em relação ao valor empregado na construção

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou na quarta-feira (1º) duas resoluções que estabelecem índices mínimos de conteúdo local para a construção de embarcações produzidas no Brasil. As

medidas abrangem navios-tanque acima de 15 mil toneladas de porte bruto destinados ao transporte de petróleo e derivados, navios gaseiros empregados na cabotagem, além das embarcações de apoio marítimo utilizadas pelo setor de óleo e gás.

No caso dos navios-tanque e gaseiros, o índice mínimo global foi fixado em 50%, com subdivisão por grupos de investimentos. O cálculo será feito pela proporção entre o valor dos bens produzidos e dos serviços prestados no Brasil em relação ao valor total empregado na construção. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ficará responsável pela mensuração e fiscalização do cumprimento dos índices, devendo publicar relatórios periódicos e oferecer previsibilidade aos fornecedores nacionais.

As informações apuradas pela ANP a cada etapa da construção deverão ser enviadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), que definirá em ato próprio quais fases serão consideradas para aferição.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que a decisão “representa um passo fundamental para fortalecer a política de estímulo à indústria naval no Brasil”, destacando a geração de empregos qualificados, o incentivo ao desenvolvimento tecnológico e o aumento da competitividade do setor de óleo, gás e biocombustíveis.

Apoio marítimo

Na mesma reunião, o CNPE também aprovou resolução que trata das embarcações de apoio marítimo. Pela decisão, esses navios deverão atender a um índice mínimo de conteúdo local global de 60%, além de 50% em pelo menos dois dos três grupos de investimentos: engenharia; máquinas, equipamentos e materiais; e construção e montagem.

Haverá exceção para embarcações inovadoras, como as que utilizam motorização híbrida plug-in ou tecnologias sustentáveis equivalentes. Nesses casos, o índice mínimo global será de 50%, com 40% em pelo menos dois dos três grupos de investimentos.

De acordo com Silveira, a medida assegura que os investimentos feitos no setor se revertam em geração de empregos, fortalecimento da cadeia produtiva e avanço tecnológico. Ele acrescentou que a decisão é “um passo estratégico para estimular a inovação e garantir que o país esteja preparado para atender não apenas às demandas atuais, mas também aos desafios futuros da transição energética e da sustentabilidade”.

Assim como no caso dos navios-tanque, a ANP será responsável por mensurar e fiscalizar o cumprimento das regras, repassando os resultados ao Mdic.



Atualmente, o Brasil conta com 19 estaleiros de grande porte distribuídos ao longo do litoral e também no leito do rio Amazonas, com capacidade para atender à maior parte da demanda nacional por embarcações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

NACIONAL - GOVERNO ABRE CONSULTA SOBRE FIM DA EXIGÊNCIA DE AUTOESCOLA PARA CNH

Proposta permite que candidatos contratem instrutores autônomos e cursos digitais para reduzir custos e flexibilizar formação

Da Agência Brasil

O Ministério dos Transportes abriu, a partir de quinta-feira (2), uma consulta pública que pretende modificar as regras para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

A proposta, segundo a pasta, prevê que o candidato possa escolher diferentes formas de se preparar para os exames teórico e prático, que continuarão obrigatórios, como condição para a emissão da CNH.

A ideia é retirar a obrigatoriedade de contratação de autoescolas por parte dos candidatos, que poderão escolher contratar instrutores autônomos credenciados.

“Hoje, os altos custos e a burocracia impedem milhões de pessoas de ter a habilitação. 20 milhões de brasileiros dirigem sem carteira, porque o modelo atual é excludente, caro e demorado demais”, afirmou o ministro do Transportes, Renan Filho, em uma postagem nas redes sociais para divulgar a iniciativa.

“Com a nova proposta, o cidadão terá mais liberdade para escolher como se preparar para as provas do Detran, de forma mais personalizada e acessível. O objetivo do governo é democratizar o acesso à CNH, ampliar a inclusão e tornar o trânsito mais seguro no país”, acrescentou.

A expectativa do governo é que a flexibilização na formação de novos motoristas reduza o custo da CNH, que atualmente pode ultrapassar R\$ 3,2 mil, segundo o Ministério dos Transportes.

A minuta do projeto ficará disponível por 30 dias na plataforma Participe + Brasil, e depois seguirá para análise do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Durante esse período, qualquer cidadão poderá enviar sugestões e contribuições.

Mudanças

Entre as mudanças propostas, está justamente o fim da exigência de carga horária mínima de 20 horas-aula práticas. O candidato poderá escolher como fará sua preparação, contratando um centro de formação de condutores ou um instrutor autônomo.

Os instrutores deverão ser credenciados pelos Departamentos de Trânsito (Detrans) dos estados. A Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) permitirá a formação desses profissionais por cursos digitais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

NACIONAL - CONTRATO DE CONCESSÃO GARANTE R\$ 8,8 BI EM OBRAS NA BR-040/495

Trecho entre Juiz de Fora e Rio terá duplicações, túneis e melhorias após assinatura de acordo com a Elovias; expectativa é de mais de 72 mil empregos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Durante a cerimônia de assinatura do contrato, o ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que a concessão representa a retomada de obras paralisadas no Rio de Janeiro

A BR-040/495, que liga Juiz de Fora (MG) ao Rio de Janeiro, terá 30 anos de administração privada a partir da assinatura do contrato de concessão realizada na quinta-feira (2), em cerimônia com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho. O acordo prevê investimentos de R\$ 8,8 bilhões ao longo do período, com obras de duplicação, faixas adicionais, túneis,

marginais e pontos de apoio a motoristas.

O trecho concedido tem 218,9 quilômetros de extensão e é considerado estratégico tanto para o escoamento de cargas em direção a Minas Gerais e ao Centro-Oeste quanto para o turismo da Região Serrana do Rio de Janeiro. Segundo o Ministério dos Transportes, mais de 49 mil motoristas utilizam diariamente a rodovia.

A Elovias, concessionária vencedora do leilão, será responsável por intervenções aguardadas há décadas, entre elas a duplicação da Serra de Petrópolis, marcada por congestionamentos e acidentes frequentes.

A estrada passará de quatro para seis faixas e terá retomadas as escavações de um túnel no trecho de subida, paralisadas em 2016. A obra reduzirá em cerca de cinco quilômetros a distância entre Rio e Petrópolis e desviará parte do tráfego de caminhões.

Durante o evento de assinatura, o ministro Renan Filho afirmou que a concessão representa a retomada de obras paralisadas no estado do Rio de Janeiro. Ele citou a Subida da Serra das Araras, com mais de 50% de execução, e o Contorno de Magé-Manilha, em andamento. “Hoje anunciamos a retomada das intervenções na BR-040, que vão impulsionar o desenvolvimento do estado e devolver qualidade de vida a todos que utilizam a rodovia”, disse.

O presidente do Conselho da Elovias, Roberto Ribeiro Capobianco, declarou que a empresa pretende dar início rápido às intervenções. “Estamos empenhados em cumprir o contrato de forma célere e trazer maior segurança e comodidade para os motoristas. Esse é o nosso compromisso”, afirmou.

O prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes, disse que as obras devem trazer reflexos para a economia da cidade e de municípios vizinhos. “Agora vamos começar a ver as obras de fato sendo executadas e as mudanças na rodovia acontecendo. Isso vai contribuir muito para o desenvolvimento econômico e turístico de Petrópolis e municípios vizinhos, além de impactar no dia a dia de todos que utilizam a serra”, declarou.

Entre as obrigações previstas estão ainda a construção de passarelas, ciclovias, pontos de ônibus e um Ponto de Parada e Descanso (PPD) para caminhoneiros. O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, disse que a agência acompanhará a execução do contrato e ressaltou que algumas praças de pedágio terão redução superior a 60% na tarifa.

A rodovia tem papel histórico no sistema viário brasileiro. Inaugurada em 1861 por Dom Pedro II como Estrada União e Indústria, foi a principal rota dos barões do café e comerciantes entre o Rio de Janeiro e Petrópolis. Em 1928, durante o governo de Washington Luís, o trecho Rio-Petrópolis se tornou a primeira estrada pavimentada do país. Décadas depois, foi estendido até Juiz de Fora e consolidado, no governo de Juscelino Kubitschek, como um dos principais corredores de ligação com Brasília (DF).



Segundo esboços do governo, os investimentos deverão gerar mais de 72 mil empregos diretos e indiretos ao longo da concessão. O ministro Renan Filho disse que pretende retornar à rodovia após 100 dias de contrato para apresentar um balanço inicial das ações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

REGIÃO NORDESTE - CINCO AEROPORTOS DO NORDESTE BATEM RECORDE DE PASSAGEIROS EM 2025

Recife, Maceió, Porto Seguro, São Luís e João Pessoa somam mais de 11 milhões de embarques e desembarques entre janeiro e agosto, segundo dados da Anac

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

Entre janeiro e agosto de 2025, cinco aeroportos do Nordeste registraram recordes de movimentação de passageiros: Recife (6,3 milhões), Maceió (1,8 milhão), Porto Seguro (1,6 milhão), São Luís (1,1 milhão) e João Pessoa (1,1 milhão). É a primeira vez que esses terminais atingem marcas históricas no mesmo período.

Os dados fazem parte do Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Em agosto, o Nordeste movimentou 3,46 milhões de passageiros, contra 3,24 milhões no mesmo mês de 2024, o que representa um crescimento de 6,9%. No acumulado do ano, a alta é de 4,93%.

Entre os destaques, João Pessoa registrou crescimento acumulado de 20% no ano e 22% apenas em agosto, enquanto São Luís apresentou expansão de 18% no mesmo mês.

O levantamento mostra que o avanço da região ocorre não apenas nos tradicionais hubs de Salvador, Fortaleza e Recife, mas também em outros destinos que vêm ampliando participação na malha aérea.

De acordo com o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, a expansão é resultado de uma estratégia conjunta entre governo federal, estados e setor privado, envolvendo investimentos em infraestrutura, modernização de terminais e aumento da conectividade. Ele afirmou que esse movimento reflete tanto o momento econômico do país quanto as políticas públicas implementadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

Longo acrescentou que a vocação turística do Nordeste tem sido reforçada pela expansão do turismo doméstico e destacou como prioridade do governo ampliar a conectividade regional, pulverizar a malha aérea das companhias e viabilizar a entrada de novas localidades. Também citou os esforços para internacionalização dos aeroportos e abertura de novas rotas internacionais, com o objetivo de consolidar a região como porta de entrada e saída do Brasil.

O avanço é atribuído a dois fatores principais: o turismo, que impulsiona destinos como Maceió e Porto Seguro, e o fortalecimento de cidades como Fortaleza, Salvador e Recife como polos de negócios e hubs de voos internacionais. Segundo o relatório da Anac, apenas os cinco aeroportos recordistas já concentraram mais de 11 milhões de passageiros em oito meses.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

REGIÃO SUDESTE - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES TERÁ TECNOLOGIA FREE FLOW A PARTIR DO PRÓXIMO ANO

Projeto foi anunciado pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, na tarde dessa quinta-feira, em reunião com empresários do Porto de Santos

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@redenenews.com.br



Executivos de terminais e empresas que atuam no Porto de Santos foram recebidos pelo governador Tarcísio no Palácio dos Bandeirantes. Encontro foi organizado pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião

O Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), principal acesso rodoviário ao Porto de Santos (SP), o principal do Brasil, passará a contar com a tecnologia free flow - sistema

de pedágio eletrônico que funciona com pórticos, sem a necessidade de praças de cobrança ou de paradas físicas dos veículos - no próximo ano. E também em 2026, ou no início de 2027, terão início as obras da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, que devem demandar quatro anos para serem concluídas, ampliando em 145% a capacidade do SAI para a descida de caminhões e carretas para o Litoral.

As medidas foram anunciadas pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, na tarde de ontem, em entrevista exclusiva ao BE News, logo após se reunir com empresários que atuam no Porto de Santos. O encontro, ocorrido no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo, em São Paulo (SP), foi organizado pelo CEO do Grupo Brasil Export (controlador da Rede BE News), Fabrício Julião, e também teve a participação do vice-presidente da agência paulista de promoção de investimentos, o InvestSP, Thiago Camargo.

Os planos para a implantação do free flow no SAI foram revelados por Tarcísio durante a conversa com os empresários portuários e, em seguida, confirmados ao BE News. Uma das principais pautas da reunião, defendida pelos executivos, foi a necessidade de melhorias nos acessos ao complexo marítimo santista. Devido à crescente movimentação dos terminais do Porto e ao consequente aumento do tráfego dos veículos de carga, o trânsito nas rodovias dos Imigrantes e Anchieta tem enfrentado frequentes congestionamentos, prejudicando as operações no cais.

Os problemas no acesso rodoviário ao Porto chegaram a ser citados durante o encontro pelo CCO da operadora portuária e logística Santos Brasil, Ricardo Buteri, e pelo presidente do conselho do Santos Export (um dos fóruns regionais realizados pelo Brasil Export), Ricardo Molitzas.

Segundo o governador, o conjunto de pórticos e sensores, que registram a passagem de carros e caminhões, permitindo a cobrança do pedágio, será instalado no quilômetro 32 da Imigrantes, substituindo a praça de pedágio existente no local. E a forma de cobrança mudará, com os motoristas pagando R\$ 19,35 quando subirem para o Planalto e outros R\$ 19,35 quando descerem com destino ao Litoral - sem alterar o custo de utilização do SAI. Atualmente, um total de R\$ 38,70 é cobrado, mas apenas na viagem de descida.

“Nossa ideia é substituir a praça da Imigrantes (no Km 32) pelo free flow, porque vai dar muito mais comodidade para as pessoas. As pessoas vão se acostumar a não ter mais que parar em uma praça de pedágio, não ter mais o bloqueio. Isso vai oferecer muito mais comodidade para o cidadão, vai diminuir o tempo de viagem, vai aumentar a segurança e o conforto”, destacou Tarcísio.

O sistema free flow, presente nas rodovias dos Estados Unidos e de países da Europa e da Ásia, já começou a ser implantado no Brasil em janeiro deste ano. Ele está presente em estradas de São Paulo (na Rodovia Raposo Tavares, na região de Sorocaba, passou a funcionar na última quarta-feira), do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

A tecnologia funciona sem a necessidade de os veículos passarem em praças de pedágio e terem de parar, para que os condutores paguem o pedágio. A cobrança ocorre graças a pórticos com sensores e câmeras instalados nas vias. Os carros e caminhões que já contam com tags têm esse equipamento lido pelos sensores, com a tarifa sendo debitada em um cartão de crédito cadastrado



previamente pelo condutor. Aqueles que não contam com tags, têm suas placas identificadas pelas câmeras, direcionando a cobrança para o proprietário. Como os veículos não precisam parar para que seus dados sejam registrados, o tráfego ganha agilidade e maior segurança.

Nova pista da Imigrantes

Na reunião com os empresários portuários, o governador de São Paulo também confirmou que as obras da terceira pista da Imigrantes terão início entre o próximo ano e o início de 2027. Atualmente, o projeto está sendo desenvolvido pela concessionária do SAI, a Ecovias Imigrantes (Grupo EcoRodovias), que também será responsável pela construção. A obtenção das licenças ambientais está prevista para o próximo ano.

No encontro com Tarcísio, também estava presente o diretor-geral de concessões da EcoRodovias, Rui Klein. A nova pista, que demandará investimentos de cerca de R\$ 6 bilhões, começará no Km 43 da Rodovia dos Imigrantes e irá até o Km 265 da Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055), em Cubatão, praticamente no meio do caminho entre as margens direita e esquerda do Porto de Santos. Ela terá um total de 21,5 quilômetros e será composta, em sua maioria, por túneis, incluindo um com extensão de 6 quilômetros – o maior deste tipo em rodovias no Brasil. Atualmente, pouco mais de 20 mil caminhões acessam o Porto diariamente e só podem descer do Planalto para a Baixada Santista pela Via Anchieta.

A nova pista poderá ser utilizada tanto por veículos de passeio quanto por veículos de carga, pois terá uma inclinação média de 4%, garantindo a segurança de **todos os usuários** por meio de um projeto que permite a circulação segura de veículos lentos (como os de carga) e rápidos (como os de passeio) em um mesmo traçado.

Tarcísio destaca projeto Santos+Vivo

O fundador da operadora logística Transbrasa, Bayard Umbuzeiro Filho, apresentou seu projeto Santos+Vivo, que prevê a implantação de um novo terminal de cruzeiros e um complexo de negócios e lazer na orla de Santos (SP), ao governador Tarcísio de Freitas, durante a reunião com o grupo de empresários portuários, na tarde de ontem. O chefe do Executivo estadual elogiou a iniciativa, a ser financiada pela iniciativa privada.

O empreendimento, orçado em R\$ 1,2 bilhão, engloba a instalação de um segundo terminal de cruzeiros no Porto de Santos, pontualmente na Baía de Santos, em frente à Praia da Ponta da Praia. A unidade ficará em um waterfront a ser construído em paralelo ao canal de navegação e ligado à avenida da praia naquela região da cidade. Terá um formato semelhante ao de uma ilha artificial e contará ainda com três berços de atracação para navios de cruzeiros, uma marina, um centro de convenções, um hotel, um shopping center e um prédio com escritórios, além do terminal.

O Santos+Vivo recebeu a aprovação do Ministério de Portos e Aeroportos neste ano e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) no ano passado.

VLT em Santos já neste ano

A segunda fase do sistema do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Santos (SP) começará a operar em testes no final deste ano. E poderá ser utilizado normalmente pela população a partir do início de 2026, confirmou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, em entrevista ao BE News. “A gente já está fazendo agora a parte de comunicação. E temos de fazer o ajuste da semaforização do município, para que a gente possa fazer a operação regular com segurança e toda a questão de aderência e de concordância com as vias”, explicou. O segundo trecho da linha do VLT ligará o primeiro (que vai de São Vicente à zona portuária de Santos) da Avenida Conselheiro Nébias até o bairro do Valongo. Com oito quilômetros de extensão, o novo trajeto contará com 12 estações.

Convite para o fórum Brasil Export



Durante a reunião com empresários do Porto de Santos, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, foi convidado pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, para participar do Brasil Export 2025, principal fórum de debates sobre logística, transportes e infraestrutura do País e que será realizado nos próximos dias 28, 29 e 30 deste mês em Brasília (DF). O evento é aberto apenas a convidados e patrocinadores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

REGIÃO SUDESTE - FREDERICO DIAS FAZ 1ª VISITA AO PORTO DE SANTOS COMO DIRETOR-GERAL DA ANTAQ

Agenda incluiu reunião com a Autoridade Portuária, apresentação de projetos, tour pelo Parque Valongo e passeio de lancha pelo canal de navegação

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redenenews.com.br

O novo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, fez uma visita institucional ao Porto de Santos na quinta-feira (2) para conhecer os planos de investimentos e projetos esperados para o complexo, além de ver de perto a infraestrutura da região portuária.

Ele veio acompanhado do secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, e do secretário nacional de Portos, Alex Ávila. A comitiva de Brasília foi recepcionada pelo diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. A agenda teve início na sede da APS, onde Pomini e os demais diretores da companhia fizeram uma apresentação a respeito dos resultados obtidos pelo Porto de Santos em movimentação de cargas em 2025. Além disso, o presidente do porto detalhou o planejamento de investimentos e de obras que estão em andamento.

Em destaque, foram detalhados o esperado leilão do Tecon Santos 10, futuro megaterminal de contêineres da margem direita, o planejamento que envolve a dragagem de aprofundamento do canal de acesso, além da implantação do VTMS (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) e outros serviços voltados para eficiência e descarbonização das operações.

Depois, o diretor-geral da Antaq e os secretários visitaram o Museu do Porto de Santos, anexo ao complexo administrativo da APS. O complexo turístico foi reaberto ao público há dois anos.

Depois, a comitiva seguiu até o Parque Valongo, complexo turístico e portuário localizado no Centro Histórico da cidade. Por fim, o diretor-geral realizou um passeio de lancha pelo canal de navegação e assistiu de perto as operações e toda infraestrutura portuária dos terminais de Santos.

“Foi um encontro importante para mostrar os projetos em andamento no maior Porto do hemisfério sul e discutir os investimentos que vêm por aí”, escreveu Pomini, em publicação nas redes sociais.

Frederico Dias assumiu a diretoria da Antaq no mês passado, substituindo Eduardo Nery. Seu mandato na agência reguladora seguirá até fevereiro de 2030.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

REGIÃO SUDESTE - WILSON SONS INAUGURA CENTRO COM SIMULADOR DE REBOCADORES EM SANTOS

Nova estrutura foi projetada para treinar comandantes que operam embarcações nos complexos portuários brasileiros

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redenenews.com.br



De acordo com a Wilson Sons, o recém-lançado simulador de manobras também pode ser utilizado por clientes e partes interessadas na análise de projetos e na realização de testes

A Wilson Sons, uma das principais operadoras logísticas do Brasil, inaugurou na última semana, em Santos (SP), um novo centro de treinamento com simulador de manobras para rebocadores. A nova estrutura está localizada no Edifício Palazzo, na Avenida Ana Costa, no

bairro Gonzaga. Neste mesmo local, já estava instalada a Central de Operações de Rebocadores (COR) da empresa, que iniciou em 2011 o monitoramento em tempo real da sua frota de rebocadores.

A companhia informou que o simulador será usado para treinar comandantes das embarcações da companhia e outros marítimos em procedimentos de segurança e uso de tecnologias de ponta. Esses profissionais atuam na frota de mais de 80 rebocadores da empresa, que operam em mais de 25 portos brasileiros.

Os rebocadores são embarcações de apoio que auxiliam os navios durante as manobras de entrada e saída dos portos, além de ajudar na atracação e desatracação com segurança. Segundo a empresa, o simulador vai permitir analisar e aprimorar as manobras de navios de grande porte, como os de 366 metros de comprimento, que passaram a operar em alguns dos portos do Brasil.

Outro diferencial da tecnologia é a análise de cenários, ou seja, sua capacidade de simular diversos ambientes que permitem testar e desenvolver soluções para diferentes desafios portuários, com simulações personalizadas para cada porto.

“A tecnologia do novo simulador de manobras reforça nossa estratégia de inovação. É uma ferramenta que eleva a segurança e a eficiência das nossas operações, contribuindo para o crescimento do setor portuário brasileiro e para a competitividade da cadeia logística mundial”, disse o diretor de Operações de Rebocadores da Wilson Sons, Rodrigo Bastos.

A Wilson Sons informou que o simulador de manobras também pode ser utilizado por clientes e partes interessadas na análise de projetos e na realização de testes.

“Esse monitoramento contínuo garante a máxima eficiência dos nossos avós e adiciona uma importante camada de segurança às manobras. Além disso, com a alocação do rebocador mais adequado para atendimento às demandas dos clientes, no momento certo e na velocidade adequada, as operações se tornam mais sustentáveis e com menores emissões”, comentou Pedro Lima, gerente de frota e operações da Wilson Sons.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

REGIÃO SUDESTE - APS E PARQUE TECNOLÓGICO FIRMAM ACORDO PARA PROJETOS DE INOVAÇÃO E ESG



Cerimônia marcou lançamento da programação do ColaBora Mundo, evento previsto para este mês reunindo setores público e privado, academia e terceiro setor

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A assinatura do acordo ocorreu na sede da APS e contou com a presença do presidente da empresa

pública, Anderson Pomini, e do diretor-presidente da FPTs, Anderson Bittencourt

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Fundação Parque Tecnológico de Santos (FPTS) assinaram em 30 de setembro um acordo de cooperação técnica voltado à integração das agendas de inovação e sustentabilidade da região. A medida tem como objetivo acelerar o desenvolvimento de soluções para os desafios do complexo portuário e fortalecer o ecossistema local.

A cerimônia ocorreu na sede da APS e contou com a presença do presidente da empresa pública, Anderson Pomini, e do diretor-presidente da FPTs, Anderson Bittencourt. Um dos principais pontos do acordo é a unificação de eventos promovidos pelas duas instituições. A programação do Santos Summit, organizado pelo Parque Tecnológico, passará a ser integrada à Jornada ESG, ao ESG Challenge e ao Prêmio ESG, iniciativas conduzidas pela APS.

Essas ações serão realizadas em conjunto sob a marca ColaBora Mundo, evento programado para os dias 25 a 29 de outubro. A proposta é otimizar recursos e ampliar o impacto socioambiental das iniciativas, com maior alcance junto a diferentes públicos.

Durante a assinatura, Pomini afirmou que a integração das agendas é fundamental para os rumos do Porto de Santos. “Mais do que a integração das agendas, essa parceria é vital para projetarmos o Porto do futuro, um porto capaz de crescer de forma sustentável, alinhado às melhores práticas ESG e que atenda às crescentes exigências do mercado global por elevados padrões de sustentabilidade”, disse.

Bittencourt avaliou que a cooperação amplia o espaço de atuação do Parque Tecnológico no desenvolvimento de soluções para o setor portuário. Segundo ele, a parceria já resultou em uma startup incubada em conjunto e agora se estende a novas possibilidades. “Essa é a reedição de uma grande parceria. Já temos uma startup incubada em conjunto e agora avançamos para oportunizar que mais alunos, pesquisadores e empreendedores possam criar soluções para os desafios do maior Porto da América Latina”, declarou.

O ColaBora Mundo terá início nos dias 25 e 26 de outubro, com a realização do ESG Challenge 2025 no Parque Tecnológico de Santos. A atividade reunirá representantes do setor público, privado, academia e terceiro setor para desenvolver propostas de soluções inovadoras a questões ambientais e sociais.

A abertura oficial do evento será realizada em 27 de outubro, no Teatro Municipal de Santos, com palestra magna da jornalista e advogada Rosana Jatobá, reconhecida nacionalmente por sua atuação em sustentabilidade. Nos dias 28 e 29, o Parque Valongo receberá painéis e palestras sobre inovação, governança, tecnologia e desenvolvimento sustentável, reunindo especialistas, gestores e atores dos ecossistemas de inovação da região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A BAHIA É O PRESENTE E O FUTURO DA MINERAÇÃO



EMERSON SOUZA

Vice-presidente de Relações Institucionais da Brazil Iron

opinioao@portalbenews.com.br

A presença da mineração em 48% dos municípios baianos demonstra a capilaridade da indústria, que gera emprego e renda em diversas regiões. O estado é hoje o único produtor de vanádio e urânio do Brasil. Mas um dos grandes legados para a Bahia será a preparação da mão de obra local e não apenas a atração de investidores.



A sustentabilidade deixou de ser um diferencial e se tornou uma premissa em diversos setores. Ao mirar o cenário global da mineração, o estado da Bahia surge como protagonista na redefinição de um futuro próximo desse segmento. Longe do estereótipo de uma economia mineral focada apenas em commodities de baixo valor agregado, a região segue por um caminho de vanguarda, posicionando-se como um polo estratégico para a transição energética e a descarbonização industrial, uma vez que sua matriz elétrica é robusta e 95% renovável.

Essa profusão de fontes de energia limpa não apenas reduz a pegada de carbono da produção, mas também oferece uma vantagem competitiva inegável, atraindo investimentos que alinham rentabilidade com responsabilidade ambiental e social.

A presença da mineração em 48% dos municípios baianos demonstra a capilaridade da indústria, que gera emprego e renda em diversas regiões. O estado é hoje o único produtor de vanádio e urânio do Brasil. Mas um dos grandes legados para a Bahia será a preparação da mão de obra local e não apenas a atração de investidores. A capacitação de profissionais para atuar nessas novas frentes é um pilar crucial da estratégia, garantindo que o desenvolvimento econômico seja inclusivo e sustentável a longo prazo.

Para consolidar essa posição, o engajamento do governo local em criar um ambiente de negócios seguro, com marcos regulatórios claros e incentivos fiscais estratégicos, sempre será fundamental. Essa governança robusta minimiza riscos e assegura a previsibilidade necessária para grandes investimentos de capital, essenciais ao desenvolvimento do setor.

O potencial baiano vai muito além do ferro. O estado detém, em grandes volumes e com alto teor de pureza, todos os minerais essenciais para a transição energética. Lítio, cobre, grafite, cobalto e vanádio, para citar alguns, são a espinha dorsal de baterias, painéis solares e outras tecnologias limpas. A prospecção e o planejamento estratégicos já vêm trazendo resultados expressivos. A mineração na Bahia registrou crescimento significativo no primeiro semestre de 2025. A Produção Mineral Baiana Comercializada (PMBC) alcançou R\$ 6,7 bilhões entre janeiro e junho deste ano, o maior valor dos últimos três anos. Essa conquista não é apenas um feito econômico; é a prova de que o modelo de valorização mineral está funcionando e atraindo investimentos significativos.

Além disso, entre 2025 e 2029, a Bahia espera receber US\$ 9 bilhões em investimentos em mineração, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), uma cifra que a coloca em um patamar de destaque nacional.

Essa entrada de investimentos impulsionará não só o volume de produção, mas também fomentará a diversificação da economia local e a criação de um ecossistema de inovação. Consequentemente, a Bahia se transforma em um laboratório a céu aberto para tecnologias de mineração mais eficientes e sustentáveis, gerando não só produtos, mas também conhecimento e soluções para o planeta.

Inovação e Sustentabilidade

O movimento arrojado da Bahia reside na diversidade e na alta qualidade de suas reservas minerais. Um dos trunfos está no segmento de minério de ferro: o estado conta com reservas de altíssima pureza e elevada concentração de ferro, um diferencial raro presente em apenas 3% das reservas globais.

Esse mineral de elite é essencial para a produção de HBI (Hot Briquetted Iron), o chamado “ferro verde”, insumo essencial para abastecer os fornos elétricos usados na produção sustentável de aço.

É importante destacar que a rota tecnológica para o HBI é progressiva. Na primeira fase, o processo pode ser realizado com gás natural, aliado a tecnologias de captura de carbono, o que já garante até 75% de redução das emissões em comparação aos altos-fornos tradicionais. Em etapas futuras, com a maior disponibilidade de hidrogênio verde no país, será possível eliminar praticamente 100% das emissões. Isso demonstra que a Bahia está preparada tanto para liderar já no presente quanto para dar saltos de inovação à medida que as tecnologias se consolidam.

Após 30 anos, a Bahia volta a sediar a Exposibram, a maior exposição e congresso de mineração do país, se reafirma como um polo de inovação e sustentabilidade. Essa decisão de transformar seus minerais em ativos estratégicos, processar a matéria-prima no próprio estado e priorizar minerais de alto valor agregado revela uma visão de futuro que vai muito além da mera extração.

A Bahia está construindo um legado de mineração limpa e inteligente, provando que é possível unir prosperidade econômica com responsabilidade ambiental e social. Este é o caminho de vanguarda que os baianos estão pavimentando para o Brasil e para o mundo.

O presente e o futuro da mineração são baianos.

A PRESENÇA DA MINERAÇÃO EM 48% DOS MUNICÍPIOS BAIANOS DEMONSTRA A CAPILARIDADE DA INDÚSTRIA, QUE GERA EMPREGO E RENDA EM DIVERSAS REGIÕES. O ESTADO É HOJE O ÚNICO PRODUTOR DE VANÁDIO E URÂNIO DO BRASIL. MAS UM DOS GRANDES LEGADOS PARA A BAHIA SERÁ A PREPARAÇÃO DA MÃO DE OBRA LOCAL E NÃO APENAS A ATRAÇÃO DE INVESTIDORES

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/10/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

EXPORTA MAIS BRASIL ALCANÇA 40ª EDIÇÃO E MOVIMENTA R\$ 665 MILHÕES EM EXPECTATIVA DE NEGÓCIOS

Por Bruna Carvalho - 03/10/2025 13:26



Foto: Divulgação/ Portal Governo Brasil

O programa Exporta Mais Brasil, promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), chegou à 40ª edição movimentando R\$ 665 milhões em expectativa de negócios. Criado em 2023, o projeto aproxima pequenas empresas brasileiras de compradores estrangeiros e já soma mais de 8 mil reuniões realizadas.

Em 2025, já foram 11 edições, incluindo a mais recente em Rio Branco (AC), realizada entre 28 de setembro e 2 de outubro, às vésperas da COP30. Com foco em produtos sustentáveis da floresta, o evento reuniu 60 empresas e 20 compradores internacionais de países como China, Irlanda, Rússia, Japão, Índia e Moçambique.

“O projeto funciona muito bem porque traz os compradores para conhecerem de perto os produtos brasileiros. Estamos chamando de Exporta Mais Amazônia, pois a região tem enorme potencial, mas ainda exporta pouco”, afirmou o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana.

Além de produtos da bioeconomia amazônica, já foram promovidos encontros com foco em alimentos e bebidas industrializadas, como na edição de Goiânia (GO), em setembro, que resultou em US\$ 1,5 milhão em negócios imediatos e novas parcerias em negociação.

Desde sua criação, o Exporta Mais Brasil envolveu 1,2 mil empresas e 392 compradores estrangeiros. Para este ano, ainda estão previstas duas novas rodadas: uma dedicada a cafés especiais, de 2 a 14 de novembro, em estados produtores, e outra voltada para cooperativas, em dezembro. As inscrições serão divulgadas no site da ApexBrasil.

Fonte: Bahia Econômica

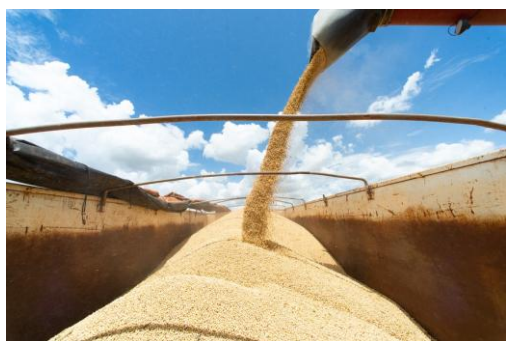
Data: 03/10/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

EXPORTAÇÕES DE SOJA DISPARAM COM TARIFAÇÃO, MAS BRASIL MONITORA RISCO DE REAPROXIMAÇÃO ENTRE CHINA E EUA

Por Luciana Casemiro



Soja colhida numa fazenda perto de Brasília — Foto: Bloomberg

As exportações brasileiras de soja para a China cresceram nada menos que 28,4% em agosto, em relação ao mesmo período do ano passado. O aumento está diretamente ligado à guerra tarifária iniciada pelo governo Donald Trump, que levou a China a suspender a compra de grãos dos Estados Unidos. Com 70% da produção americana de soja destinada ao mercado chinês, a situação dos produtores nos EUA é crítica: os estoques estão chegando aos limites físicos e as perdas já motivam pedidos por programas de socorro do governo.

Nesta semana, Trump afirmou que pressionará o presidente Xi Jinping a retomar as compras de soja americana no encontro que terão na Coreia, dentro de quatro semanas. Um possível acordo é considerado provável, segundo o economista Márcio Sette Fortes, ex-diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O impacto para o mercado brasileiro, no entanto, dependerá dos termos definidos entre as duas maiores economias do mundo.

— A China tem interesse em retomar uma relação normal com os EUA e não quer ser dependente exclusivamente da soja brasileira. Xi Jinping colocará na mesa as tarifas que inviabilizam o comércio chinês, e Trump está pressionado pelos agricultores, que veem os estoques explodindo. O temor de uma reaproximação sempre esteve presente entre os produtores brasileiros. Temos competitividade na produção, mas enfrentamos gargalos logísticos e falta de estrutura de armazenagem, o que compromete o controle estratégico de preços — explica Fortes.

Brasil assumiu liderança nas exportações agrícolas à China

Desde o início da guerra comercial no primeiro mandato de Trump, os Estados Unidos deixaram de ser o principal fornecedor agrícola da China. Em 2015, o Brasil respondia por 17,5% das importações chinesas de produtos agrícolas, contra 21,7% dos EUA. A mudança começou em 2017, quando ambos estavam empatados com 19%. A partir de 2018, o Brasil assumiu e manteve a liderança no fornecimento. Entre 2020 e 2024, os EUA ficaram com 23% a 31% do mercado chinês de soja, enquanto o Brasil ocupou uma fatia entre 62% e 69%.

Para Larissa Wachholz, sócia da Vallya Participações e coordenadora do Programa Ásia do Cebri, o ano de 2025 marca um ponto de virada:

— É muito provável que China e EUA cheguem a um acordo para retomar os níveis de compra de soja americana vistos até o fim de 2024. Isso não traria prejuízo ao Brasil, pois essa é uma época em que os chineses normalmente compram soja dos EUA por conta da safra. O maior risco seria um acordo com compromissos superiores aos volumes históricos. Esse temor era mais forte no primeiro semestre, mas chegamos a outubro sem um acerto definitivo — explica Larissa.

Ela destaca que, embora a relação com os EUA seja estratégica para a China, é pouco provável que os americanos recuperem a liderança perdida, principalmente por causa da ênfase chinesa em segurança alimentar e diversificação de fornecedores.

— Não podemos ignorar a importância da relação sino-americana, mas o resultado final dependerá de quais outras concessões a China poderá oferecer nessa negociação - diz a especialista em China do Cebri.

A economista Lia Valls, pesquisadora associada do FGV Ibre e professora da Uerj, diz que é difícil dimensionar o impacto, mas ressalta que de qualquer maneira os chineses precisam da soja brasileira para atender a sua demanda:

- Os Estados Unidos não têm condição de suprir toda a demanda da soja chinesa. Então, supondo que eles façam um acordo em que os exportadores de soja americana tenham preferência no mercado chinês, vai haver, obviamente, um baque para soja brasileira, mas a gente não vai deixar de exportar para a China. Atualmente quase 85% das nossas exportações são direcionadas a China, somos o maior fornecedor de soja para o mercado chinês.

Demanda doméstica e biocombustíveis explicam queda da fatia americana

Especialistas apontam que a redução da presença americana no mercado global de soja não se deve apenas às tensões comerciais com a China. Desde 2020, os EUA vêm aumentando a capacidade de esmagamento de soja, impulsionados pelo boom do diesel renovável, que elevou a demanda por óleo de soja como matéria-prima para biocombustíveis.

Estudo produzido pelo Centro de Agricultura Comercial da Universidade de Illinois, chama atenção para o fato que no Brasil, políticas públicas também têm incentivado a produção de biodiesel, ao mesmo tempo em que o país expande sua área agrícola. Um estudo da Embrapa mostra que o Brasil tem potencial para converter até 70 milhões de acres de pastagens degradadas em áreas produtivas, especialmente no Cerrado, consolidando sua posição como líder global.

Argentina também cresce e disputa o mercado chinês

Além do Brasil, a Argentina, terceiro maior exportador mundial, anunciou recentemente a isenção de impostos sobre grãos até o final de outubro. A medida deve acelerar ainda mais as vendas externas argentinas, especialmente de farelo e óleo de soja — segmentos em que o país lidera globalmente.

O cenário aponta para uma nova configuração nas rotas globais da soja, com os EUA perdendo espaço e a América do Sul ganhando protagonismo como principal parceira comercial da China.

Agora, o mercado global aguarda com atenção o resultado do esperado encontro entre Trump e Xi Jinping, que pode redefinir o fluxo global do agronegócio. Até o momento, poucos acordos comerciais foram anunciados pelos EUA desde o tarifaço de abril.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/10/2025

GOVERNO PUBLICA REGRAS DO PROGRAMA GÁS DO POVO; ENTENDA COMO VAI FUNCIONAR



Beneficiários vão começar a receber vouchers para retirar o gás em revendedoras autorizadas

Por Bernardo Lima — Brasília

O Gás do Povo vai permitir a compra de botijões de 13kg — Foto: Guito Moreto/Agência O Globo

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou nesta sexta-feira as regras do programa “Gás do Povo”,

que busca ampliar o acesso dos brasileiros ao gás de cozinha (GLP).

Segundo o governo, o novo benefício deve atingir 15,5 milhões de famílias de baixa renda (o equivalente a 50 milhões de pessoas) com a compra de botijões de 13kg. O Auxílio-Gás atual, cujo valor é creditado junto com o Bolsa Família, atinge pouco mais de 5,1 milhões de famílias.

A principal diferença pro auxílio atual é que em vez de receber um valor, hoje de R\$ 108 a cada dois meses que pode ser usado para outras finalidades, as famílias de baixa renda vão ganhar um voucher exclusivo para a compra de gás em pontos de revenda credenciados. Os primeiros vouchers devem ser emitidos entre novembro e dezembro. Até lá, a sistemática atual continuará valendo.

Entre as medidas previstas, está a gratuidade no botijão de gás para famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), com renda igual ou inferior a meio salário mínimo.

A retirada do botijão deve ser feita pelo beneficiário responsável pela família inscrita no CadÚnica em uma revendedora de GLP credenciada pelo governo.

Para efetuar a retirada será necessário apresentar um documento que comprove a inscrição no Cadastro Único, como cartão bancário do Programa Bolsa Família ou cartão bancário da Caixa Econômica Federal, nos termos estabelecidos em contrato da União com a Caixa Econômica Federal.

O número de benefícios a ser recebido no ano varia de acordo com o tamanho da família:

- família de duas ou três pessoas - quatro auxílios por ano. Validade de três meses, cada vale.
- família de quatro ou mais pessoas - seis auxílios por ano. Validade de dois meses, cada vale.

Segundo o governo, os primeiros botijões do no programa devem começar a ser distribuídos na última quinzena de novembro. O cronograma oficial, no entanto, ainda não foi lançado.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/10/2025

INDÍCIOS DE 'REFINO FANTASMA' QUE LEVARAM ANP A FECHAR REFIT JÁ TINHAM SIDO APONTADOS EM 2017

Refinaria alvo de operação da ANP nesta semana chegou a ter tanques lacrados há oito anos, mas foi liberada após troca de técnicos e de parecer

Por Johannis Eller

As irregularidades apontadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) após a operação que interditou na semana passada a Refinaria de Manguinhos, operada pela Refit, no Rio de Janeiro, já haviam sido identificadas em uma fiscalização da própria ANP há oito anos, em fevereiro de 2017.

A operação é parte das investigações que apuram o esquema de adulteração de combustíveis pelo PCC.



Refinaria de Manguinhos, na Zona Norte do Rio — Foto: Monica Imbuzeiro/Agência O Globo

A ANP e a Receita Federal, que conduziram as diligências da segunda fase da operação Cadeia de Carbono, acusam a Refit de importar gasolina irregularmente com o “provável” objetivo de obter vantagens tributárias fraudulentas. Segundo a agência, não há evidências de que Manguinhos de fato refinava combustíveis em seus tanques.

A suspeita é de que a refinaria importa derivados de petróleo já prontos de forma irregular para driblar o Fisco, declarando os produtos como nafta petroquímica – cuja incidência tributária é substancialmente menor do que a da gasolina e do diesel. A nafta é um dos insumos usados na produção dos combustíveis, entre outros materiais.

Informações obtidas pela equipe da coluna, porém, mostram que essas suspeitas não são novas — pelo menos para a ANP. Um parecer técnico sigiloso formulado em 2017 ao qual tivemos acesso informa que o mesmo problema foi detectado naquele ano, durante uma inspeção de rotina às instalações da Refit.

“A conclusão dos fatos apresentados é que a refinaria de Manguinhos realiza processo de formulação de gasolina, isto é, a simples mistura mecânica de produtos (condensado e aromático) com o objetivo de atingir a especificação dada por resolução da ANP. Nesta linha de raciocínio, não há evidências de operação de refino sendo realizada por Manguinhos”

De acordo com o relatório, a fiscalização constatou que a refinaria processou 310 metros cúbicos de gasolina entre janeiro e fevereiro de 2017, muito menos do que os 40 mil m³ declarados à ANP. A agência também coletou documentos no laboratório da Refit que indicavam que os insumos encontrados nas instalações, como a nafta, eram justamente os utilizados para aproximar o produto final das características fixadas pela agência para a gasolina, como a octanagem.

À época, o parecer foi usado pela equipe técnica da ANP para a interdição de unidades que tinham sido lacradas pela agência, o que se concretizou em março de 2017. Não adiantou.

Segundo relatos de fontes envolvidas no processo ouvidas pela equipe da coluna, a refinaria foi totalmente liberada por decisão de um superintendente da agência sem respaldo da equipe técnica dois meses depois, em maio. Esse mesmo superintendente fez um novo parecer rebatendo as conclusões dos técnicos, que acabaram afastados após pressões internas, ainda de acordo com pessoas familiarizadas com o ocorrido.

Em novembro do mesmo ano, outra equipe sem relação com a primeira vistoriou a Refit e produziu um parecer afirmando haver refino em Manguinhos.

Foi nessa mesma época que o Grupo Magro, que controla a refinaria desde 2008, decidiu rebatizá-la de Refit. Além da fiscalização, a empresa estava no centro de sucessivos escândalos e disputas judiciais relacionadas a suspeitas de sonegação e cobrança de dívidas de títulos de debêntures.

Avanço em SP e no RJ

Além da interdição das instalações de Manguinhos, na Zona Norte do Rio, pela ANP, a Receita Federal reteve na última sexta dois navios com 91 milhões de litros de diesel avaliados em R\$ 290 milhões e 115 toneladas de insumos para aditivos de combustíveis com origem no exterior que seriam destinados à Refit. A diligência também fez parte da segunda fase da Operação Cadeia de Carbono.

A Refinaria de Manguinhos entrou na mira da investigação, também conduzida pela Polícia Federal (PF) e o Ministério Público de São Paulo, pela suspeita de que parte dos combustíveis adulterados no esquema do PCC saíam da Refit e de distribuidoras vinculadas ao grupo.

O envolvimento no esquema teria ocorrido após a ANP suspender no ano passado as atividades da produtora Copape, que é investigada pela PF. Suspeita-se que as alegadas fraudes tributárias na importação de combustíveis disfarçados de nafta também abririam margem para a lavagem de dinheiro operada dentro do esquema.

Como mostrou O GLOBO, um relatório do Instituto Combustível Legal (ICL) com base em dados da própria ANP indicou que a Refit dobrou a participação na comercialização de óleo diesel em São Paulo no último ano, além de ampliar a venda de gasolina no estado e no Rio de Janeiro.



De acordo com o levantamento, Manguinhos somava 5,3% do mercado paulista de diesel em junho de 2024, índice que cresceu para 10,9% em junho deste ano. Já a porção da distribuição de gasolina aumentou de 9,3% para 17,9% no estado vizinho no mesmo período. No Rio, o crescimento foi de 3% e 7% para os respectivos combustíveis.

Questionada pela reincidência apontada pela ANP, a Refit afirmou que o parecer técnico inicial foi arquivado e que outro relatório da agência reguladora, em 2019, atestou o refino em Manguinhos.

Em relação à operação desencadeada na semana passada, a refinaria destacou em comunicado enviado à imprensa que protocolou uma carta-resposta à Agência Nacional de Petróleo se colocando à disposição para implementar suas exigências, mas manifestou discordância sobre a interdição.

A Refit se diz alvo de “medida desproporcional e arbitrária”, uma vez que a ANP não teria comprovado “falha grave vinculada a elemento crítico de segurança operacional e configurando risco grave e iminente”, critério para interdições cautelares da agência. Rebateu, ainda, a constatação de que não refina combustíveis.

“Além disso, a divulgação de acusações vagas de indícios de fraude e de ausência do processo de refino em suas instalações por autoridades da ANP à mídia não constam no auto de infração, o que caracteriza afronta aos princípios constitucionais da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa”, frisa a nota da Refit (leia a íntegra ao final do texto).

Nós também perguntamos à ANP por que outras fiscalizações nos últimos anos não detectaram a alegada falta de refino em Manguinhos denunciada pelo órgão na operação da semana passada. A assessoria de imprensa do órgão informou que, por se tratar de um processo de 2017, não pôde responder até o fechamento da reportagem e “está resgatando as informações e responderá após a análise das áreas técnicas responsáveis”. O espaço segue aberto.

Leia abaixo a íntegra do comunicado da Refit à imprensa:

A Refit protocolou na última terça-feira (30) na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) uma carta-resposta em que afirma estar adotando todas as exigências da agência que embasaram a interdição determinada semana passada. Apesar disso, a empresa pontua que os 11 pontos levantados pela agência durante a fiscalização não estão entre os critérios considerados pela legislação (artigo 5º da Lei nº 9.847/1999) que prevê uma interdição, pois não representam riscos ao consumidor, ao patrimônio público ou ao meio ambiente. Diante disso, a Refit também solicitou uma reunião presencial com a ANP com a presença de analistas com conhecimento técnico na área para o melhor entendimento de algumas questões específicas.

Além da ausência de fundamentação, a Refit destaca que tomou ciência da interdição pela imprensa, antes mesmo de receber notificação formal da agência. Além disso, a divulgação de acusações vagas de indícios de fraude e de ausência do processo de refino em suas instalações por autoridades da ANP à mídia não constam no auto de infração, o que caracteriza afronta aos princípios constitucionais da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa.

Em relação à qualidade dos produtos, por exemplo, ANP concluiu que não foram encontradas discrepâncias entre os resultados declarados pela empresa nas especificações de gasolina automotiva e os que foram inspecionados. O mesmo ocorreu com a análise dos produtos importados nos últimos 12 meses e devidamente certificados – o que demonstra não haver necessidade de paralisação total das atividades.

Foi constatado ainda que as matérias primas analisadas não se configuram como gasolina automotiva importada, sendo necessário, portanto, o processo de refino para que o produto seja comercializado no mercado. Diante de tal constatação, não é factível dizer que a Refit não realiza o refino dos produtos.

A Refit ressalta que a própria metodologia da ANP para caracterização de processos que não estão em conformidade com as regras exige a comprovação de falha grave, vinculada a elemento crítico de segurança operacional e configurando risco grave e iminente. Nenhuma das situações descritas no auto de fiscalização preenche esses critérios. Assim, a empresa entende que a interdição cautelar carece de fundamento técnico e jurídico, configurando medida desproporcional e arbitrária.

Apesar de discordar da suspensão, mas para demonstrar sua boa-fé e logo viabilizar a pronta desinterdição e retomada segura das operações - das quais depende a subsistência de cerca de 2.500 trabalhadores -, a Refit adotou um conjunto de medidas técnicas, administrativas e documentais para atender às condicionantes impostas pela ANP, mesmo que não exigidas pela legislação.

Isso inclui a totalização automatizada dos volumes processados, o detalhamento adicional dos processos de gestão das unidades de refino, a apresentação de evidências técnicas sobre as torres de destilação, a apresentação de parecer e documentação técnica que demonstram a racionalidade econômica e técnica do processamento de matérias-primas, aperfeiçoamento no isolamento já existentes dos tanques de armazenamento, entre outras medidas administrativas, de governança e compromisso institucional.

A adoção imediata dessas medidas demonstra a postura colaborativa e responsável da Refit, que busca a rápida solução para restabelecer a normalidade operacional sem prejuízo da segurança, do meio ambiente ou do consumidor. Todos os documentos comprobatórios foram protocolados ao processo nos termos indicados no auto de fiscalização.

Por fim, a Refit reafirma que as constatações incluídas no documento de fiscalização, mesmo quando avaliadas isoladamente, não configuram a presença de risco grave e iminente nem se enquadram nas hipóteses legais que autorizariam a interdição total das instalações, conforme demonstrado tecnicamente pela refinaria nos autos do processo administrativo da ANP.

A companhia permanece à disposição para prestar todos os esclarecimentos adicionais, agendar reuniões técnicas com os especialistas indicados pela ANP e colaborar com eventuais diligências complementares que se façam necessárias para a pronta revogação da medida e retorno das atividades em estrita observância às normas aplicáveis.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/10/2025

PETRÓLEO CAI PARA SEU NÍVEL MAIS BAIXO EM CINCO MESES



Recuo reflete incertezas sobre decisão da Opec+, que deve definir neste domingo se ampliará a oferta da commodity

Por AFP — Washington

Queda ocorre em meio a expectativa de novo aumento de produção pela Opec+ — Foto: Bloomberg

As cotações do petróleo continuaram sua queda nesta quinta-feira (2), para seu nível mais baixo em cinco anos, devido à expectativa de um novo aumento de produção da Opep+. O preço do barril de tipo Brent, negociado em Londres para entrega em dezembro, caiu 1,90%, para U\$ 64,11, seu nível mais baixo desde o início de maio. Seu equivalente no mercado americano, o barril de tipo West Texas Intermediate (WTI) com vencimento em novembro, recuou 2,10%, U\$ 60,48 dólares.

Esta quarta queda consecutiva nos preços da commodity acontece às vésperas da reunião entre Arábia Saudita, Rússia e outros seis membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (Opep+), marcada para domingo.

O mercado prevê que esses países acordem um aumento de produção de 137 mil barris diários em novembro, assim como foi decidido para o mês de outubro.

Diversos veículos de comunicação, no entanto, informaram que o aumento poderia ser de 500 mil barris diários. O cartel negou no X essas informações.

— Os investidores se mantêm alerta porque o grupo já surpreendeu os mercados com aumentos de produção nos últimos tempos — explicou Barbara Lambrecht, analista do Commerzbank.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 02/10/2025

BNDES E CHINA FIRMAM ACORDO PARA FUNDO DE R\$ 1 BI PARA INVESTIMENTOS EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, IA E MAIS

Novo produto, que começará a operar em 2026, aplicará recursos em títulos de dívida e participações acionárias no Brasil

Por Bloomberg

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Export-Import Bank of China (CEXIM, banco de exportação e importação chinês) firmaram acordo para criar um fundo de US\$ 1 bilhão que investirá em setores como transição energética, infraestrutura, mineração, agricultura e inteligência artificial.

O BNDES aportará US\$ 400 milhões, enquanto o CEXIM contribuirá com US\$ 600 milhões para a iniciativa, segundo comunicado. O novo fundo, que começará a operar em 2026, aplicará recursos em títulos de dívida e participações acionárias no Brasil.

BNDES e CEXIM já assinaram um termo de compromisso e uma declaração de intenção de cooperação para estruturar o fundo.

Segundo o diretor de Planejamento do BNDES, Nelson Barbosa, a iniciativa é o primeiro fundo bilateral entre uma instituição brasileira e uma chinesa, operando principalmente por meio de investimentos denominados em reais.

— Essa nova parceria entre as duas instituições vai fortalecer a relação comercial e econômica entre Brasil e China — disse ele, durante a cerimônia de anúncio do fundo, no Rio.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 02/10/2025

REFORMA ADMINISTRATIVA: DEPUTADOS RETIRAM DO TEXTO CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS POR AO MENOS DEZ ANOS

Segundo Pedro Paulo (PSD-RJ), coordenador do grupo de trabalho, medida gerou ruído no governo, entre servidores e parlamentares

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA — O grupo de trabalho da reforma administrativa da Câmara retirou da proposta a contratação de servidores temporários por no mínimo dez anos em concursos públicos.



A medida havia sido colocada pelo coordenador do grupo, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), na Proposta da Emenda à Constituição (PEC), antecipada pelo Estadão, mas foi retirada no final da tarde de quinta-feira, 2.

Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa na Câmara Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A PEC ainda não foi protocolada oficialmente na Câmara. O texto depende da assinatura de 171 deputados para começar a ser oficialmente discutido na Casa. Procurado, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) não se manifestou sobre o conteúdo da proposta.

Segundo Pedro Paulo, esse ponto enfrentou resistências no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entre sindicatos de servidores e alguns parlamentares e gerou muito ruído por ameaçar a estabilidade no serviço público.

“Não tem absolutamente nenhum risco de isso abalar a estabilidade. Seria um vínculo possível e limitadíssimo. A impressão que eu tive é que estavam querendo escolher uma proposta para se tornarem inimigo da reforma administrativa. Eu tirei isso da frente”, disse o parlamentar ao Estadão.

A PEC mantém a estabilidade dos servidores. Esse ponto autorizava a contratação de servidores temporários por concurso, criando um modelo chamado de “investidura a termo em cargo efetivo”. Nessa modalidade, os funcionários seriam contratados por um período não inferior a dez anos.

Para contratar no novo vínculo, o governo deveria demonstrar que a função seria transitória e a necessidade daquela contratação. A quantidade de servidores temporários contratados por concursos não poderia ultrapassar 5% do total de efetivos naquele cargo ou carreira.

Um dia antes de o deputado apresentar o texto, na quarta-feira, 1, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, levantou uma preocupação sobre a contratação de servidores temporários na reforma administrativa, deixando claro que apoiava outros pontos da proposta, como o fim dos supersalários.

“A gente defende a estabilidade do servidor público, a gente acha que os servidores têm que ser profissionalizados, estáveis, porque isso é uma proteção do Estado brasileiro, e que contratos temporários têm que ser nas situações previstas em lei, que são muito específicas”, disse a ministra, pontuando em seguida: “A gente não é favorável a uma generalização de contratação temporária no serviço público federal.”

Segundo o coordenador do grupo na Câmara, mesmo com a retirada desse ponto, a proposta mantém o escopo de modernizar as carreiras do serviço público.

A PEC obriga União, Estados e municípios a adotar uma tabela única de remuneração e a realizar novos concursos públicos priorizando a contratação de carreiras transversais, ou seja, os cargos que podem ser movimentados de um órgão para outro.

“O governo só poderá fazer um concurso público se tiver um planejamento da força de trabalho nos anos seguintes. O objetivo dessa proposta é trazer a cultura do planejamento, isso vai evitar muito desperdício e exageros de contratações. Essa medida é até mais importante (que a contratação de temporários)”, disse Pedro Paulo.

Número de temporários cresce no serviço público

Como mostrou o Estadão, nos últimos anos, o Brasil aumentou a quantidade de funcionários temporários e comissionados no serviço público, enquanto reduziu o número de servidores concursados nos últimos anos, com o uso indiscriminado de contratações temporárias, conforme nota técnica do Movimento Pessoas à Frente.

A quantidade de temporários — aqueles selecionados por tempo determinado — aumentou 42,1% nos Estados e 10,6% no governo federal entre 2017 e 2023, subindo de 474.674 para 674.295 e de 13.358 para 14.779 no período, respectivamente.

O número de comissionados — os cargos políticos sem vínculo efetivo —, por sua vez, cresceu 14,2% nos Estados e diminuiu 24,1% na União no mesmo período (no total, juntando União e Estados, houve aumento de 11,7%). A ocupação por servidores efetivos, ou seja, aqueles que passaram em um concurso público, caiu 11,8% nos governos estaduais e 9,9% na União.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/10/2025

TARIFA DE USO DO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL, DA PETROBRAS, PODE SUBIR 63%; ENTENDA COMO AFETA O MERCADO

A TBG, controlada pela Petrobras, solicitou aumento da tarifa para a ANP; estatal diz não ter influência sobre gestão da empresa, que não se manifestou

Por Alvaro Gribel e Renan Monteiro (Broadcast)

BRASÍLIA - A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), controlada pela Petrobras, pediu à Agência Nacional de Petróleo (ANP) autorização para reajustar em 63% as tarifas cobradas das empresas que querem acessar as suas redes de dutos. O tema está em consulta pública na ANP, que ainda não decidiu sobre o caso.

Se autorizada, a medida terá impacto sobre o preço do produto, segundo a Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace). O custo de transporte é um dos componentes do preço final do gás natural.

O gasoduto TBG traz gás da Bolívia, passando pelos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ANP respondeu que a consulta será encerrada no dia 8 de outubro e que só se manifestará após análise técnica.

“A TBG informa que a variação percentual é em função da projeção de redução da demanda, incluindo a não contratação pelas térmicas, e pelo fato de a tarifa vigente ter sido reduzida pela aplicação de parte relevante do saldo da conta regulatória”, disse a empresa.



Trecho do gasoduto Bolívia-Brasil em Santa Catarina Foto: Filipe Araújo/Estadão



Já a Petrobras declarou que não exerce influência na gestão dos negócios da TBG, após assinatura de Termo de Compromisso de Cessação (TCC) feito com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “Trata-se de matéria a ser tratada pela Administração da TBG com a ANP, órgão responsável por regular as tarifas de transporte”, declarou a companhia em nota.

No setor de energia, contudo, o entendimento é de que a TBG não toma decisões estratégicas sem estar alinhada com a Petrobras. A ex-presidente da TBG Angélica Laureano, por exemplo, foi nomeada diretora de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, no mês de julho.

A tarifa de transporte é cobrada das empresas que usam os dutos para o transporte do gás. Além da própria Petrobras (que utiliza o gasoduto de sua controlada), impacta também outras produtoras como Galp e Shell, bem como as comercializadoras que trazem gás da Bolívia ou da Argentina. O valor é repassado para o consumidor final.

Os grandes consumidores industriais, representados pela Abrace, entendem o reajuste como fora de propósito e pedem à ANP que adiem a deliberação sobre o tema.

“A proposta das transportadoras vai na contramão da expectativa dos consumidores industriais de gás e de todas as políticas para o desenvolvimento do mercado nos últimos 10 anos. A expectativa de utilizar o gás como uma alavanca de reindustrialização ou de ocupação ociosa do nosso parque industrial deveria ser uma redução no custo de transporte, não um aumento”, afirmou Adrianno Lorenzon, diretor de Gás Natural da Abrace.

A TBG é controlada pela Petrobras, que detém 51% das ações, mas tem como sócia a BBPP, com 29%, a YPFB, com 19,88%, e a Corumbá Holding, com 0,12%.

Argumentos para o aumento

Segundo a Abrace, a TBG deu dois argumentos centrais para o aumento. Primeiro, há um pedido por taxa de remuneração de 9,41%, porcentual considerado “muito elevado” pelos consumidores, na comparação com outros serviços de transporte. Segundo, está sendo pleiteado um plano de investimentos tido como “agressivo”, em paralelo à redução de demanda para uso dos dutos.

Para o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria do Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, setor que tem o gás como um de seus principais insumos de produção, o pedido de reajuste é uma “brincadeira de mau gosto”, já que os gasodutos estão depreciados.

“É uma brincadeira de mau gosto esse pedido de reajuste de 63%. Esses gasodutos já estão todos depreciados. Eles são antigos, a TBG tem origem nos anos 90, é de 1999. Há uma criatividade contábil que impede a depreciação pelas contas da empresa”, afirma.

O setor tem verificado uma redução da demanda de gás vindo da Bolívia. Há 5 anos, eram cerca de 18 MM m³/dia (milhões de metros cúbicos por dia) de gás natural vindo para o Brasil. Hoje, são 12 MM m³/dia, segundo estimativas da Abrace.

Na visão da associação, se está sendo verificada uma redução de demanda, e, consequente, de receita, a empresa deveria buscar economicidade nos investimentos e no custo operacional.

Segundo a Abrace, os percentuais requeridos pela TBG estão muito acima dos reajustes propostos por outras duas controladoras de gasodutos. A TAG, que controla uma linha de gasodutos que vai do Sudeste ao Nordeste, pela costa brasileira, pediu autorização para reajustar suas tarifas em 28% em 2026. Já a NTS, outra transportadora, solicitou queda de 4% em 2026.

O gasoduto da TBG tem um percurso de 2.593 km no Brasil e atravessa 136 municípios distribuídos em cinco Estados. Já a TAG tem uma rede de gasodutos com mais de 4.500 km, que atravessam quase 200 municípios de dez estados brasileiros. A título de comparação, o Brasil tem uma malha dutoviária de aproximadamente 9.500 km.

A possibilidade de aumento expressivo nas tarifas dos transportadores contraria os movimentos no Ministério de Minas e Energia (MME) para baratear o custo do transporte do gás natural, insumo industrial com reflexo nos preços de projetos nas prateleiras de supermercados.

A Abrace vê um caminho amplo, do ponto de vista técnico, para a ANP reverter essas previsões de aumentos tarifários e, ao contrário, deliberar uma redução tarifária. Nos corredores do MME, há manifestações contrárias às propostas de aumento de custo de transportes para o gás, tendo em vista o choque direto com a bandeira da pasta, sob o comando de Alexandre Silveira, de redução de preços e estímulo à indústria.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/10/2025

PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA CRESCE 0,8% EM AGOSTO APÓS QUATRO MESES SEM EXPANSÃO

Desempenho superou as expectativas dos analistas do mercado, que esperavam uma alta mediana de 0,3%; juros altos e ambiente externo mais incerto devem continuar impactando o setor

Por Daniela Amorim (Broadcast)

RIO - Apesar da política monetária contracionista e da entrada em vigor do tarifaço norte-americano contra exportadores brasileiros, a produção industrial nacional cresceu 0,8% em agosto ante julho, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgados nesta sexta-feira, 3, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O bom desempenho, que interrompeu uma sequência de quatro meses sem expansão significativa, superou as expectativas dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam uma alta mediana de 0,3%.

“Apesar do resultado positivo em agosto, a desaceleração da atividade, as altas taxas de juros e o ambiente externo mais incerto devem continuar impactando o setor ao longo dos próximos meses de 2025. No entanto, vetores altistas, como as medidas do governo voltadas ao estímulo da demanda, podem atenuar uma perda de ritmo mais acentuada para a atividade ao longo do ano”, avaliou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que prevê um avanço de 0,9% na produção industrial brasileira em 2025.



Alta na indústria em agosto foi a mais intensa para esse período do ano desde 2020 Foto: Metalor/Divulgação

A alta na indústria em agosto foi a mais intensa para esse período do ano desde 2020, quando tinha crescido 2,9%.

“O setor industrial volta a ter um crescimento mais importante. Ele não elimina a perda dos meses anteriores, elimina apenas uma parte da perda acumulada (de 1,2%), mas volta para o campo positivo, também com disseminação de resultados positivos entre as atividades. É uma melhor situação do que a gente vinha observando até então”, afirmou André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE. “Há uma interrupção de um comportamento que era predominantemente negativo, que estava presente desde abril.”

Na passagem de julho para agosto de 2025, 16 dos 25 ramos industriais pesquisados apontaram avanço na produção, com destaque para a expansão de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (13,4%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,8%) e produtos alimentícios (1,3%).



“Você tem um maior espalhamento de resultados positivos em agosto”, lembrou Macedo, ponderando que o crescimento se dá sobre uma base de comparação bastante depreciada, uma vez que o setor vinha de perdas importantes desde abril. “A leitura de 2025 ainda é de perda de dinamismo no setor industrial.”

O tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afetou em agosto alguns segmentos da pesquisa do IBGE. Os questionários referentes a julho já tinham mostrado alguns informantes sinalizando influência do tarifaço nas expectativas e na produção futura, mas em agosto as menções foram mais relevantes em atividades mais exportadoras, como madeira, móveis e extrativas. Os questionários mostraram informantes apontando o tarifaço como justificativa para uma redução do nível de produção.

“Isso apareceu no mês de agosto, pontualmente já tinha aparecido no mês de julho. Agora no mês de agosto aparece com mais clareza. Isso ainda é pontual, não é predominante dentro das informações coletadas pela pesquisa, aparece especialmente nos informantes mais voltados para exportação”, explicou Macedo.

Na passagem de julho para agosto, enquanto a produção industrial cresceu 0,8% na média global, a fabricação de produtos de madeira encolheu 8,6%; extrativas caíram 0,3%; e móveis tiveram apenas ligeira alta de 0,1%.

“Apesar dos dados mais positivos de agosto, a leitura geral do cenário para a atividade industrial em 2025 se mantém. Há sinais de desaceleração em setores chave - o que deve se intensificar ao longo do segundo semestre de 2025”, previu Camila Saito, analista da consultoria Tendências, em relatório.

Saito prevê algum suporte à demanda doméstica proveniente do mercado de trabalho ainda dinâmico, da menor pressão cambial, da retomada da atividade extrativa, da criação da faixa 4 do programa Minha Casa Minha Vida e da liberação de precatórios, medidas que podem beneficiar, sobretudo, a produção dos segmentos de automóveis leves, eletrodomésticos de linha branca e materiais para construção ligados ao segmento de moradias populares.

“No entanto, as incertezas domésticas e externas, as sobretaxas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros e os juros elevados devem limitar maiores avanços da produção”, declarou Saito.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/10/2025

EMPRESÁRIO DO AGRO DENUNCIA FRAUDE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL BILIONÁRIA CITADA EM VENDA DE SENTENÇAS

José Pupin afirmou à Justiça que processo de recuperação de seu grupo empresarial foi gerido por consultoria investigada pela PF e dilapidou seu patrimônio e de credores; Fource afirma que todos atos foram registrados e tiveram concordância do empresário

Por Aguirre Talento

BRASÍLIA - O empresário do setor agropecuário José Pupin, que já foi considerado um dos maiores produtores de algodão do País, denunciou à Justiça a existência de fraudes na execução da recuperação judicial bilionária do seu grupo empresarial. Essas fraudes teriam sido operadas, segundo ele, por uma consultoria citada em uma investigação da Polícia Federal sobre venda de decisões judiciais, a Fource. Procurada, a consultoria afirmou que os atos foram todos registrados no processo e contaram com a concordância da família Pupin.

“Todos os atos praticados pela Fource foram regularmente formalizados e estão devidamente registrados e documentados no processo de Recuperação Judicial, contando sempre com a participação e anuência de toda a família Pupin, assim como de seus assessores financeiros e jurídicos legalmente constituídos até então. Causa estranheza que, após tanto tempo e somente

após a estabilização do processo recuperacional cujo fim se aproxima, surjam alegações sem fundamento”, disse em nota (leia a íntegra ao final da matéria).

A denúncia ocorre em um momento no qual as instituições bancárias têm questionado o aumento das recuperações judiciais do agronegócio e seus impactos para a economia. No segundo trimestre de 2025, os pedidos de recuperação judicial tiveram uma alta de 31,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior.



Empresário do agro denuncia fraude em recuperação judicial bilionária citada em venda de sentenças Foto: JF Diório/Estadão

A recuperação judicial do Grupo Pupin foi apresentada à 1ª Vara de Campo Verde, em Mato Grosso, em 2017. À época, envolvia um conjunto de dívidas de R\$ 1,3 bilhão.

O caso foi paradigmático e mudou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema. Em julgamento realizado em 2019, a Quarta Turma

entendeu que os efeitos da recuperação judicial também poderiam ser aplicados para o produtor rural no período em que atuava apenas como pessoa física, sem registro empresarial.

Na petição apresentada à 1ª Vara de Campo Verde (MT) na última terça-feira, 30, os advogados do Grupo Pupin afirmam que a administração da recuperação judicial foi entregue aos consultores do grupo Fource e que eles tomaram uma série de medidas para dilapidar os credores e o patrimônio do Grupo Pupin, abastecendo empresas e fundos de investimento ligados à própria Fource.

Os advogados dizem que o empresário José Pupin só tomou conhecimento dessas irregularidades recentemente, após credores apontarem indícios de fraudes, e depois que os consultores se tornaram alvo da investigação da PF.

O processo da recuperação judicial do Grupo Pupin foi citado na investigação da Operação Sisamnes, que apura venda de decisões por assessores do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Em diálogos, um advogado suspeito de comprar decisões de desembargadores diz ao empresário Haroldo Augusto Filho, um dos sócios da Fource, que havia acertado com um desembargador uma decisão favorável no caso envolvendo o Grupo Pupin.

Haroldo foi alvo de busca e apreensão pela Polícia Federal na primeira fase da operação, em novembro do ano passado, e está submetido ao uso de tornozeleira eletrônica.



A recuperação judicial do Grupo Pupin, de José Pupin, foi apresentada à 1ª Vara de Campo Verde, em Mato Grosso, em 2017 Foto: agriculturanossavida

Prejuízos aos credores e à recuperação

De acordo com os advogados, as ações executadas pela Fource não foram submetidas ao juízo da recuperação judicial, o que configuraria fraude ao processo. Ao mesmo tempo em que administrava a recuperação judicial, a Fource passou a comprar as dívidas dos credores do Grupo Pupin por valores muito

abaixo do inicial. Com isso, foi se transformando no maior credor do Pupin.

“A MIDAS/FOURCE e esses outros credores que – parece – atuam em comunhão de desígnios, aproveitavam-se do fato de possuírem informações privilegiadas, por estarem dos dois lados do



balcão, para adquirir mais e mais créditos dos Recuperandos, dia após dia, de modo a se tornarem seus maiores credores", diz a petição, apresentada pela equipe do advogado Eumar Novacki.

A petição diz que a Fource adotou essa estratégia para não precisar pagar os credores da recuperação judicial e comprar as dívidas deles com deságio, mas cobraria pagamentos em valores maiores do Grupo Pupin. Além disso, ao longo do processo de recuperação, a dívida do grupo foi se tornando ainda maior.

"Na realidade, os contratos e a procuração foram utilizados como escudos de fraude, com o nítido escopo de transferir o patrimônio do Grupo Pupin para terceiros, em prejuízo dos credores e dos recuperandos, bem como da própria função social da empresa, porque tudo foi feito às escondidas, sem a devida transparência para com o juízo da recuperação judicial. Além disso, tal relação só tem beneficiado as empresas e os fundos já mencionados e que, ao que parece, atuam de forma coordenada, 'parasitando' todo o patrimônio do Grupo Pupin em seu exclusivo benefício", diz a petição.

A manifestação também lança suspeitas sobre uma segunda recuperação judicial, da Bom Jesus Agropecuária. O presidente da agropecuária, Nelson Vigolo, fez uma delação premiada na Operação Faroeste e admitiu ter comprado decisões de magistrados da Justiça da Bahia. Na petição, os advogados do Grupo Pupin afirmam que a Bom Jesus comprou R\$ 540 milhões em créditos do grupo mesmo estando sob recuperação judicial.

A Bom Jesus tem ligações com a Force, empresa envolvida na recuperação judicial de Pupin. Seu ex-diretor financeiro depois se tornou sócio da Fource. "Causa estranheza que, mesmo diante das suas próprias dificuldades financeiras que justificaram a sua RJ, veio a adquirir crédito atualizado em valor superior a meio bilhão de reais do Grupo Pupin", afirmam os advogados. Procurado, Nelson Vigolo afirmou que transmitiu os questionamentos à sua equipe jurídica, mas não deu resposta.

Ao final, eles pedem que o juízo anule os contratos e procurações que deram poderes à Fource para gerir os bens e a recuperação judicial do Grupo Pupin e solicitam que apresentem uma prestação de contas detalhada sobre todas as ações que tomaram nesse período. Caberá à 1ª Vara de Campo Verde (MT), responsável pelo caso, decidir sobre o pedido.

Leia a íntegra da manifestação da Fource sobre o caso:

"Nota à imprensa:

A Fource Consultoria, empresa reconhecida nacionalmente como assessora financeira de diversos credores em processos de recuperação judicial, repudia veementemente as acusações inverídicas divulgadas pelo Grupo Pupin, com o claro intuito de criar embaraço jurídico e, consequentemente, um calote em todos os credores da RJ que se arrasta há 10 anos.

Trata-se de uma tentativa infundada de desacreditar a atuação da Fource, que sempre se pautou pela legalidade e transparência. Todos os atos praticados pela Fource foram regularmente formalizados e estão devidamente registrados e documentados no processo de Recuperação Judicial, contando sempre com a participação e anuência de toda a família Pupin, assim como de seus assessores financeiros e jurídicos legalmente constituídos até então.

Causa estranheza que, após tanto tempo e somente após a estabilização do processo recuperacional cujo fim se aproxima, surjam alegações sem fundamento com o claro intuito de perpetuar um processo que já causou tantos prejuízos a credores, ao judiciário e a toda a sociedade. A Fource reforça que todas as suas ações foram e continuam sendo informadas pelos seus clientes no bojo do processo judicial.

Por fim, a empresa não aceitará ataques levianos e seguirá tomando todas as medidas cabíveis para restabelecer a verdade dos fatos. A sociedade agropecuária mato-grossense com certeza saberá identificar a postura de cada um ao longo dos anos, prevalecendo a verdade e a justiça".

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/10/2025

ILHA SOLAR FLUTUANTE DE ITAIPU CHEGA À FASE FINAL DE INSTALAÇÃO E DEVE INICIAR PRODUÇÃO EM NOVEMBRO

Estrutura com 1.568 painéis fotovoltaicos ocupa uma área de 7.600 metros quadrados; geração de energia será destinada ao consumo interno da própria usina

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)

RIO - A Itaipu Binacional já está em fase de finalização da instalação dos equipamentos e da conexão de cabos de energia e comunicação da sua ilha solar flutuante em seu reservatório.

A previsão é que o projeto-piloto de 1 MWp (megawatt-pico) comece a operar em plena carga até o final de novembro.

A montagem e ancoragem da ilha com 1.568 painéis fotovoltaicos foi concluída na última sexta-feira, 26, em uma área de 7.600 metros quadrados (m²). Os testes de comissionamento a frio (sem geração de energia) para identificar possíveis falhas estruturais ou construtivas, e a quente (com energização dos equipamentos) estão previstos para novembro.



Projeto-piloto de ilha flutuante de Itaipu deve começar a operar em plena carga até o final de novembro Foto: Elder Alejandro Baez Flores/Itaipu Binacional

A Superintendência de Energias Renováveis diz que o cronograma de instalação “sofreu pequenos ajustes devido às chuvas e à necessidade de garantir a segurança dos trabalhadores e da operação da hidrelétrica”.

A geração de energia será destinada ao consumo interno da própria Itaipu. O objetivo

do projeto é avaliar a viabilidade técnica, os benefícios e os possíveis impactos ambientais da geração solar flutuante. Os dados coletados ao longo de um ano servirão de base para decisões futuras sobre expansão do sistema, tanto na própria Itaipu quanto em outros reservatórios do Brasil e do Paraguai.

A Itaipu Binacional diz que, embora não haja planos imediatos de ampliação, estimativas iniciais indicam que cobrir 1% do reservatório com painéis solares poderia gerar até 3,6 TWh por ano — o equivalente a cerca de 4% da produção anual da hidrelétrica em 2023.

A usina diz, por meio de nota, que além da geração solar, mantém estudos e investimentos em outras fontes renováveis, como biogás, hidrogênio verde e microgrids.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/10/2025

GOVERNO DE SP TIRA DO PAPEL SONHO CENTENÁRIO DA BAIXADA SANTISTA: O PRIMEIRO TÚNEL IMERSO DO BRASIL

Projeto pioneiro do Governo de SP vai ligar Santos a Guarujá em 5 minutos, gerar 9 mil empregos, fortalecer a economia da Baixada Santista e beneficiar diretamente 2 milhões de pessoas

Por Governo de São Paulo e Estadão Blue Studio

Após uma espera de mais de 100 anos, o Governo de São Paulo está tirando do papel o projeto pioneiro do Túnel Imerso Santos-Guarujá. Em setembro, foi realizado o leilão que marca o início da

implantação de um dos projetos de mobilidade mais emblemáticos do país, com tecnologia inédita no Brasil e que vai beneficiar diretamente 2 milhões de pessoas.

Hoje, a ligação entre as duas cidades do litoral paulista é feita principalmente por balsas, que levam em média 15 a 18 minutos por travessia, sujeitas a filas e condições climáticas, ou por estradas, com deslocamentos que podem ultrapassar 1 hora. Com o túnel, o trajeto será realizado em até 5 minutos.



Projeto da obra do túnel que irá ligar Santos ao Guarujá. Foto: Divulgação/Governo de São Paulo

O túnel imerso terá 1,5 km de extensão, sendo 870 metros imersos no leito do canal portuário, por meio de módulos de concreto pré-moldados, técnica já consolidada em países da Europa e da Ásia. A estrutura contará com três faixas por sentido, sendo uma reservada ao Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além

de passagem para pedestres e ciclistas e uma galeria de serviços.

A execução da obra será responsabilidade da empresa Mota-Engil Latam Portugal, que venceu o leilão realizado pelo Governo de São Paulo com proposta de desconto de 0,5% sobre a contraprestação pública máxima anual, fixada em R\$ 438,3 milhões.

Modelo inédito no Brasil

As obras do empreendimento terão um investimento de R\$ 2,6 bilhões do Governo de São Paulo e serão realizadas no modelo de Parceria Público-Privada (PPP). O contrato abrange a construção, operação e manutenção do túnel. Além disso, o Estado também será responsável pela contraprestação à concessionária, que é de R\$ 438,3 milhões anuais, pago em 24 anos ao longo da concessão de 30 anos.

O método construtivo escolhido foi o túnel imerso, definido após análises técnicas. Alternativas como ponte ou túnel escavado foram descartadas em razão de restrições da Base Aérea de Santos, tráfego intenso de navios e solo instável da região. A técnica assegura menor impacto urbano e ambiental, reduz desapropriações e permite execução mais rápida.

A diretora da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e líder do projeto do Túnel Santos-Guarujá, Raquel Carneiro, ressaltou que o leilão do túnel foi um marco importante para a mobilidade e desenvolvimento do Estado de São Paulo, em especial para a Baixada Santista. “Para o desenvolvimento do projeto, fomos conversar com empresas europeias e trouxemos soluções de engenharia inéditas para o país. Após 100 anos de espera, enfim temos uma empresa responsável pela construção, operação e manutenção dessa infraestrutura que vai mudar radicalmente a mobilidade urbana desses dois municípios”, destacou.

Impacto direto e mais qualidade de vida para o cidadão da Baixada

Para a população, a expectativa é de melhora expressiva com o projeto do Governo de SP. “Eu acredito que esse túnel realmente vai resolver o problema de muita gente”, disse a professora de educação física Giuliana Gonçalves, moradora do Guarujá que trabalha em diferentes cidades da região. A administradora Semiramis Ferreira da Silva também destacou os impactos positivos na rotina. “Com o túnel, vai dar para se programar melhor, para sair de casa com os meus filhos”, afirmou.



Projeto da obra do túnel que irá ligar Santos ao Guarujá. Foto: Divulgação/Governo de São Paulo

Do ponto de vista econômico e social, a obra prevê a geração de aproximadamente 9 mil empregos diretos e indiretos, além de capacitação de trabalhadores locais. A obra também terá reflexos na integração logística e no turismo regional.

O secretário estadual de Parcerias em Investimentos de São Paulo, Rafael Benini, destacou que o empreendimento vai reduzir significativamente o tempo de deslocamento, desafogar o trânsito, integrar modais e impulsionar a logística do Porto de Santos. “É um projeto estratégico que vai gerar empregos, atrair investimentos e transformar a mobilidade e a economia da região.”

Habitações no entorno

Além da relevância para a mobilidade, o projeto do Governo de São Paulo também impulsiona o desenvolvimento urbano no entorno. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) lançou um empreendimento habitacional e de uso misto no bairro Macuco, em Santos, prevendo 1.769 unidades, comércio, serviços, equipamentos públicos e áreas de convivência.

“O Estado está atento aos impactos e se antecipa para atender às necessidades habitacionais e à crescente demanda por novos serviços. Esse é o papel do Desenvolvimento Urbano que nossa secretaria assumiu: ampliar potencialidades e prever necessidades futuras a partir de intervenções promovidas pelo próprio Governo, em sinergia com outras secretarias, como neste caso do túnel. Nosso compromisso é transformar, mas sempre com cuidado e respeito às pessoas da região. O objetivo é integrar habitação, comércio, serviços e espaços de convivência, garantindo qualidade de vida e desenvolvimento equilibrado”, afirmou o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação de São Paulo, Marcelo Branco.

Terceira pista da Imigrantes

Outro grande projeto do Governo de São Paulo que vai transformar a mobilidade no litoral paulista é a construção da terceira pista da Imigrantes. A obra permitirá o tráfego de caminhões no sentido litoral, hoje restrito à Via Anchieta. Os estudos para a implementação da via foram autorizados no início do primeiro semestre deste ano.

A capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes aumentará em 25% no total e em 145% para descida dos veículos pesados. Com isso, o projeto vai atender a demanda de tráfego existente e necessidades futuras de aumento de fluxo na rodovia. O projeto prevê uma nova pista no trecho de serra com 21,5 quilômetros de extensão, compostos prioritariamente por túneis, que somam 17 quilômetros (80% de todo trajeto), além de 4 quilômetros de viadutos. Um dos túneis terá cerca de 6 quilômetros de extensão, tornando-se a maior estrutura desse tipo no Brasil.

A nova pista terá duas faixas de rolamento e um acostamento com possibilidade de ser revertido em faixa de tráfego. A estrutura terá início no quilômetro 43 da Rodovia dos Imigrantes (SP-160), o que permitirá o acesso pelo Rodoanel Mário Covas (SP-021). Na Baixada, a conexão será no quilômetro 265 da Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055), próximo ao Polo Industrial de Cubatão. Além disso, permitirá acesso ágil às margens direita e esquerda do Porto de Santos.

SP é referência nacional em infraestrutura

Os investimentos privados regulados pelo Governo do Estado estão modernizando a malha viária paulista, ampliando a segurança e a mobilidade. As concessões permitem trazer novos padrões de qualidade em pavimento, geometria e sinalização, além de serviços antes inexistentes. “São Paulo concentra nove das dez melhores rodovias do país porque temos um programa robusto de

concessões, aliado a uma fiscalização técnica rigorosa. Isso garante redução de acidentes, mais conforto aos usuários e qualidade dos serviços oferecidos”, afirma o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

Os projetos prioritários do Governo de SP para serem concedidos à iniciativa privada fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que tem como missão atrair investimentos privados, gerar empregos e ampliar a capacidade do Estado em oferecer serviços de qualidade à população. Ao todo, já são mais de 30 projetos qualificados, com uma carteira que ultrapassa R\$ 550 bilhões em investimentos estimados, nas áreas de mobilidade urbana, logística, meio ambiente, infraestrutura social e gestão pública.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/10/2025

TARIFAÇO DE TRUMP AFETA SEGMENTOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA COMO MADEIRA, MÓVEIS E EXTRATIVA

Política comercial dos Estados Unidos é apontada como justificativa para redução do nível de produção desses setores na Pesquisa Industrial Mensal de agosto do IBGE

Por Daniela Amorim (Broadcast)

RIO - O tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a exportadores brasileiros afetou em agosto alguns segmentos da Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo André Macedo, gerente da pesquisa, os questionários referentes a julho já tinham mostrado alguns informantes sinalizando influência do tarifaço nas expectativas e na produção futura, mas agora houve registros mais relevantes em atividades mais exportadoras, como madeira, móveis e extrativas.

“Isso apareceu no mês de agosto, pontualmente já tinha aparecido no mês de julho. Agora no mês de agosto aparece com mais clareza. Isso ainda é pontual, não é predominante dentro das informações coletadas pela pesquisa, aparece especialmente nos informantes mais voltados para exportação”, explicou Macedo.



Produção industrial brasileira subiu 0,8% em agosto ante julho, segundo o IBGE Foto: Wilton Junior/Estadão

Segundo ele, em agosto, questionários mostraram informantes apontando o tarifaço como justificativa para uma redução do nível de produção.

Na passagem de julho para agosto, a fabricação de produtos de madeira encolheu 8,6%; extrativas caíram 0,3%; móveis tiveram apenas ligeira alta de 0,1%.

Alta na produção

A produção industrial brasileira subiu 0,8% em agosto ante julho, na série com ajuste sazonal, segundo a pesquisa divulgada nesta sexta-feira, 3, pelo IBGE. Em relação a agosto de 2024, a produção caiu 0,7%.

No acumulado do ano, a indústria subiu 0,9%. No acumulado em 12 meses, houve alta de 1,6%, ante aumento de 1,9% até julho.

O índice de Média Móvel Trimestral da indústria registrou alta de 0,3% em agosto.

A produção da indústria de bens de capital caiu 1,4% em agosto ante julho. Na comparação com agosto de 2024, o indicador recuou 5,0%. Já a produção de bens de consumo registrou alta de 0,8% na passagem de julho para agosto. Na comparação com agosto de 2024, houve recuo de 4,9%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, a produção subiu 0,6% em agosto ante julho. Em relação a agosto de 2024, houve queda de 4,0%. Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve alta de 0,9% na produção em agosto ante julho. Na comparação com agosto de 2024, a produção caiu 5,1%.

Para os bens intermediários, o IBGE informou que a produção subiu 1,0% em agosto ante julho. Em relação a agosto de 2024, houve alta de 2,0%.

Destaques de agosto

A alta de 0,8% na produção industrial nacional em agosto ante julho foi puxada, sobretudo, pela expansão nas atividades de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (13,4%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,8%) e produtos alimentícios (1,3%).

Na passagem de julho para agosto, houve crescimento em 16 dos 25 ramos industriais pesquisados. Houve influência positiva relevante também de impressão e reprodução de gravações (26,8%), veículos automotores (1,8%), produtos diversos (5,8%), outros equipamentos de transporte (4,4%) e bebidas (1,7%).

Na direção oposta, entre as nove atividades com recuos, o principal impacto negativo foi de produtos químicos (-1,6%). Outras perdas significativas ocorreram em máquinas e equipamentos (-2,2%), produtos de madeira (-8,6%), artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-3,6%) e indústrias extrativas (-0,3%).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/10/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

AGU NÃO SE OPÕE À FERROGRÃO, MAS APONTA FRAGILIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O projeto pretende construir 976 quilômetros de ferrovia para escoar a produção de grãos do Mato Grosso até o porto de Mirituba, no rio Tapajós, no Pará

Por Giulia Colombo, Valor — Brasília



AGU — Foto: Wesley Mcallister/AscomAGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu no Supremo Tribunal Federal (STF) que a lei que alterou a demarcação do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, é inconstitucional. Segundo o advogado da União Antonio Marinho Rocha Neto, o Congresso retirou da Lei 13.452/2017 a previsão de incorporação de 51 mil hectares de um território Tapajós ao parque, o que fragilizaria o regime de preservação já que a medida seria uma forma de compensar a supressão de 862 hectares da área.



O STF analisa a validade da lei que alterou a demarcação do parque para receber a Ferrogrão (EF-170). O projeto pretende construir 976 quilômetros de ferrovia para escoar a produção de grãos do Mato Grosso até o porto de Mirituba, no rio Tapajós, no Pará.

A AGU, no entanto, não se colocou contra a construção da Ferrogrão, desde que o projeto observe as exigências legais e socioambientais. Segundo Antonio Neto, as obras têm o potencial de reduzir custos e a emissão de gases, além da geração de empregos.

O advogado da União destacou que estudos mais recentes indicam que a construção da ferrovia dentro da faixa da BR-163, fora dos limites do parque, poderia ser uma alternativa para viabilizar o projeto sem impactar a área de conservação.

Entidades da sociedade civil que participaram dos debates, no entanto, questionam o aumento dos custos para a alternativa e os impactos sociais na área.

A sugestão foi incorporada pelo Ministério dos Transportes nos autos da ação protocolada pelo Psol, em 2020, para questionar a mudança da área do parque, que excluiu 862 hectares da área ambiental, promovida por meio da Medida Provisória (MP) 758/2016 e foi convertida na Lei 13.452/2017, durante o governo de Michel Temer.

O STF começou a julgar nesta quinta-feira (2) o caso. Na sessão, houve a sustentação oral das partes interessadas. Segundo o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, anunciou ao final da sessão, o julgamento deve ser retomado na sessão da próxima quarta-feira (8).

A construção da Ferrogrão faz parte da nova fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e está avaliada em R\$ 20,04 bilhões, em valores de julho de 2023. Já o custo inicial da operação foi estimado em R\$ 1,2 bilhão por ano.

Ao questionar a lei, o Psol alega que, por se tratar de áreas de conservação ambiental e ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais, a mudança não poderia ter sido feita por uma MP, mas pela promulgação de uma lei formal, com a participação da sociedade civil e de instituições de proteção ao meio ambiente.

Em 2021, o relator da ação no STF, ministro Alexandre de Moraes, acolheu os argumentos do Psol, suspendendo a eficácia da lei que alterou os limites do parque. O ministro entendeu que era cabível uma medida liminar antes da análise do mérito, uma vez que os efeitos poderiam ser irreversíveis e não ser alcançados por uma eventual declaração de inconstitucionalidade da norma.

Na ocasião, havia estudos de viabilidade econômica e impacto ambiental para a construção da ferrovia em andamento, que também foram paralisados. Em 2023, Moraes autorizou a retomada dos processos administrativos e estudos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Ministério dos Transportes. O ministro também permitiu que a Advocacia-Geral da União (AGU) trabalhasse na possibilidade de um acordo entre as partes interessadas, mas a busca por uma solução consensual não foi bem-sucedida.

Em relatório, o Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal) afirmou que não há uma definição sobre os ganhos políticos e econômicos dentro do governo federal. Segundo o Cesal, enquanto os ministérios do Meio Ambiente, Povos Indígenas e Funai têm ressalvas quanto aos impactos socioambientais, a ANTT e o Ministério dos Transportes têm uma visão mais otimista quanto benefícios políticos.

Quanto aos estudos de viabilidade, a previsão é que a agência de transportes conclua a análise até dezembro e o relatório seja entregue para apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU). Sem uma decisão do STF, no entanto, qualquer execução está condicionada a uma autorização judicial da Corte, para nova análise das condições, em especial as socioambientais, segundo Moraes.

O caso tem sido motivo de embate entre o governo federal e organizações da sociedade civil que representam os interesses de povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia.

Nos autos do processo no STF, o Ministério dos Transportes propôs construir a ferrovia na área da rodovia BR-163 para não ser necessário mudar a demarcação do Parque Jamaxim.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/10/2025

RECEITA ATUALIZA REGRAS DA TRIBUTAÇÃO MÍNIMA SOBRE LUCRO DE MULTINACIONAIS

A tributação mínima, que segue a OCDE, entrou em vigor neste ano como forma de o Brasil evitar que lucros das multinacionais sejam remetidos ao exterior sem ficar nada no Brasil

Por Jéssica Sant'Ana, Valor — Brasília

A Receita Federal publicou, nesta sexta-feira (3), no Diário Oficial da União, uma instrução normativa que atualiza as regras sobre a tributação mínima do lucro de empresas multinacionais em operação no Brasil. O objetivo, diz o Fisco, é incorporar as novas orientações internacionais publicadas em junho de 2024 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A tributação mínima foi aprovada em 2024 pelo Congresso Nacional e entrou em vigor neste ano, como uma forma de o Brasil evitar que os lucros das multinacionais sejam remetidos ao exterior sem ficar nada no Brasil.

A cobrança é feita na forma de uma taxa adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O adicional é aplicado a grupos multinacionais sujeitos a baixa carga tributária no país.

Entre as principais mudanças da portaria, estão regras para divergências entre valores contábeis e tributários de ativos e passivos; definições sobre a atribuição de tributos entre entidades de diferentes jurisdições; critérios para classificação de entidades transparentes e híbridas; e regras específicas para securitização.

Seguindo também o padrão da OCDE, a norma corrige a duplicidade na aplicação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP).

"As atualizações meramente interpretativas entram em vigor já para este ano, enquanto as demais entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, podendo ser aplicadas de forma opcional para as empresas a partir de 1º de janeiro de 2025", afirma a Receita, em nota.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/10/2025

INDÚSTRIAS QUE EXPORTAM PARA OS EUA ESTÃO ENTRE AS QUE TIVERAM QUEDA DE PRODUÇÃO EM AGOSTO



Segundo estudo do pesquisador associado do FGV Ibre Francisco Pessoa Faria, os ramos são de produção de produtos de madeira, de máquinas e equipamentos, de produtos químicos e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Por Lucianne Carneiro, Valor — Rio

— **Foto:** Divulgação/Porto de Santos

Segmentos industriais com peso nas exportações para os Estados Unidos tiveram queda de produção em agosto, ante julho, mostra

comparação dos dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada nesta sexta-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com estudo do pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre) Francisco Pessoa Faria.

Na média geral, a indústria brasileira teve alta de 0,8% na produção em agosto, ante julho, após quatro meses sem crescimento. Dezesesseis dos 26 ramos industriais apontaram alta, mas nove registraram queda.

Entre as atividades no terreno negativo, a queda mais intensa foi na produção de produtos de madeira, de 8,6%. O segmento é um dos citados no estudo de Faria como de maior peso nas exportações destinadas aos Estados Unidos que estão fora da lista de exceções à tarifa adicional de 50% impostas para a importação de produtos brasileiros.

Segundo o trabalho, publicado no blog do Ibre, as exportações de produtos de madeira para os Estados Unidos representam 0,1% do valor da produção da indústria de transformação no resultado acumulado entre julho de 2024 e junho de 2025.

Outros ramos industriais citados no estudo do pesquisador do FGV Ibre por causa do peso relevante nas exportações aos Estados Unidos também aparecem com produção em queda na PIM-PF: máquinas e equipamentos (-2,2%); produtos químicos (-1,6%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-1,1%).

A pesquisa do IBGE também identificou recuo de 3,6% na produção de couro, artigos de viagem e calçados, indústrias cujos produtores também se mostravam preocupados com o impacto do tarifaço.

O gerente da PIM-PF, André Macedo, informou mais cedo que questões ligadas a tarifaço dos Estados Unidos aparecem em questionários pesquisa para justificar queda de produção em alguns segmentos, embora não seja possível quantificar esse impacto no resultado geral. A indústria de madeiras foi uma das citadas por Macedo.

O estudo do pesquisador associado do FGV-Ibre procura mensurar o peso das exportações para os Estados Unidos e também para a Argentina sobre o valor da produção da indústria de transformação e suas atividades.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/10/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PROPOSTA PARA USO DO FMM EM LINHAS FÉRREAS NAS POLIGONAIS NÃO TEM PREVISÃO DE ENVIO AO EXECUTIVO

Por Danilo Oliveira Indústria naval 03/10/2025 - 17:45



MPor reiterou que alteração normativa depende de aprovação do governo e de deliberação do conselho diretor. Gestor do fundo setorial elabora estudos que visam aumentar recursos destinados à infraestrutura aquaviária, também abrangendo segmentos portuário e hidroviário

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) informou, nesta sexta-feira (3), que a proposta de uso de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) em projetos ferroviários que operem nas poligonais dos

portos brasileiros ainda não tem data definida para ser enviada ao poder Executivo. Hoje, projetos ferroviários localizados dentro das poligonais portuárias podem ser apresentados ao fundo setorial, mas, por se enquadrarem na mesma rubrica de infraestrutura, não podem ser aprovados neste momento. O aceno foi dado pelo ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, na última quarta-feira (9), na abertura da 9ª edição do evento 'Brasil nos Trilhos', sobre transporte de cargas pelo modal ferroviário.

Procurado pela Portos e Navios, o MPor confirmou que a proposta de alteração normativa para inclusão desses projetos precisa ser apresentada ao governo e que será necessário uma autorização do conselho diretor (CDFMM), que é um órgão colegiado, presidido pelo secretário de navegação do ministério. "Ainda não há data definida para o envio da proposta de alteração normativa ao Executivo. Após a conclusão dos estudos e a aprovação da mudança nos limites de aplicação, caberá ao CDFMM deliberar sobre a inclusão desses projetos na lista de prioridades, seguindo os mesmos trâmites aplicados aos demais financiamentos do fundo", pontuou em nota.

O ministério reiterou que o FMM tem como finalidade principal apoiar a indústria naval e a navegação, razão pela qual a maior parte dos recursos é destinada a esse setor. De acordo com a pasta, a portaria MPor 424/2024 estabeleceu que até 30% da receita anual pode ser aplicada em infraestrutura aquaviária associada, limite que atualmente já foi atingido.

"Para ampliar a capacidade de atendimento a essas iniciativas, estão em andamento estudos que visam aumentar os recursos destinados à infraestrutura aquaviária, que abrange os segmentos portuário e hidroviário. Essa medida permitirá a análise e eventual aprovação de novos projetos ferroviários em áreas de poligonais portuárias", salientou o MPor.

"Hoje, 70% do FMM são para navegação e nós já assinamos quase R\$ 25 bilhões para navegação e R\$ 10 bilhões para o setor portuário. Mas o fundo tem recursos suficientes para também apoiar projetos de ferrovias que estão na poligonal de portos. Isso é uma forma de estimular as ferrovias que estão operando em portos brasileiros", afirmou o ministro no evento.

Na ocasião, Costa Filho projetou a ampliação do escoamento da produção brasileira pelos portos, com investimentos em projetos de ferrovias que operam nas áreas geográficas portuárias. Ele defendeu ainda a prioridade na utilização de recursos também para o setor hidroviário que, interligado a ferrovias e rodovias, possa garantir uma logística integrada para o escoamento da produção brasileira.

"Com as ferrovias elevando as operações portuárias, a gente vai crescer 30% o escoamento da produção brasileira", afirmou. Costa Filho citou o investimento de R\$ 1,7 bilhão anunciado nesta semana no Amazonas, também com recursos do FMM, para a construção de 188 barcas. Desde 2023, o FMM priorizou R\$ 70 bilhões do FMM para aplicação em projetos, volume três vezes maior que o aprovado no período entre 2019 e 2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/10/2025

SENADO CRIA FRENTE PARLAMENTAR PARA DESENVOLVIMENTO DA NAVEGAÇÃO BRASILEIRA

Da Redação Navegação 03/10/2025 - 16:25



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), promulgou, na última quinta-feira (2), resolução que cria a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Navegação Brasileira. Segundo o texto publicado no Diário Oficial da União, o grupo será formado pelos senadores que manifestarem interesse em integrá-la e "aberta à participação de parlamentares de todos os partidos

políticos e de todo cidadão ou entidade que aceite os seus princípios e tenha interesse de transformar em realidade os seus objetivos”.

Ente eles, são citados na resolução, os de promover a defesa e o desenvolvimento da navegação brasileira, estimular e defender a preservação e a melhoria das condições de navegabilidade das hidrovias, incentivar o transporte multimodal, estudar e propor o aperfeiçoamento ou a consolidação da legislação reguladora da navegação e acompanhar, fiscalizar e contribuir com as políticas de navegação, segurança e desenvolvimento do setor.

Além disso, a Frente terá entre suas tarefas acompanhar o processo legislativo no Congresso Nacional envolvendo políticas inerentes à navegação e acompanhar e monitorar a elaboração e a execução do orçamento da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para ampliar o investimento público na navegação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/10/2025

ÁREA TÉCNICA DO TCU RECOMENDA LEILÃO DO TECON 10 EM ETAPA ÚNICA

Por Danilo Oliveira Portos e logística 03/10/2025 - 13:38

AudPortoFerrovia orientou que Corte de Contas dê 15 dias para MPor, Antaq e APS apresentem argumentos e alternativas às propostas de alteração das regras do edital. Processo ainda será analisado pelo plenário do tribunal



A área técnica do Tribunal de Contas da União recomendou que o Ministério de Portos e Aeroportos realize o leilão do Tecon Santos 10 em etapa única, sem vedação à participação das empresas que já operam atualmente no complexo portuário santista. A Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e

Ferroviária considerou que a minuta do edital contraria os princípios constitucionais de 'isonomia, eficiência e proporcionalidade', além de outros dispositivos legais. A AudPortoFerrovia sugeriu que a Corte de Contas encaminhe a instrução ao MPor, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Autoridade Portuária de Santos (APS), com prazo de 15 dias para apresentação de argumentos sobre as consequências práticas e eventuais alternativas à implementação das propostas.

A área técnica do TCU orientou que o certame inclua dispositivos que especifiquem os 'remédios' definidos junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para mitigar os riscos concorrenciais ou, alternativamente, a obrigatoriedade de desinvestimento apenas para os incumbentes armadores, no caso de um deles sair vencedor. Para esse caso, deverá ser definido um prazo razoável para conclusão da operação de venda dos ativos, conforme exposto em parecer do Ministério da Fazenda (MF), bem como mecanismos que assegurem esse desinvestimento sem compartilhamento de informações sensíveis, conforme consta nas guias do Cade e também em parecer da Fazenda. Também deverão ser definidas cláusulas de enforcement para o desinvestimento, a exemplo das sugeridas no parecer do MF.

A AudPortoFerrovia também orientou que a Antaq seja notificada que a não realização de uma nova audiência pública afronta os princípios de publicidade e da participação cidadão, assim como a jurisprudência do TCU, conforme acórdãos já firmados pelo plenário do tribunal. Segundo o relatório da unidade, um novo processo deve ser realizado sempre quando ocorrem alterações estruturais e substanciais na modelagem do arrendamento que modifiquem o escopo, os riscos ou os compromissos contratuais apresentados originalmente ou que afetem os direitos das empresas e usuários.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/10/2025

MOVIMENTAÇÃO DA MULTILOG NO NORDESTE CRESCE 2,5% EM 4 MESES

Da Redação Portos e logística 03/10/2025 - 16:35



A Multilog anunciou o crescimento de 2,5% na movimentação de cargas no Nordeste nos últimos quatro meses, em comparação com o mesmo período do ano passado. Segundo a operadora logística, o resultado foi influenciado por cargas de celulose, insumos da indústria automotiva e commodities, especialmente minérios. Esses produtos responderam, de janeiro a setembro, por aproximadamente 13 mil viagens realizadas pela empresa.

A companhia informou que, na região, além do transporte rodoviário de contêineres, oferece serviços de pátio, incluindo a organização deles antes do embarque no navio, ovação e desova e transferência de mercadorias da doca de recebimento para a de expedição, sem armazenamento. Em Salvador, na Bahia, ela conta com pátio de 35 mil metros quadrados e armazéns com 12 mil metros quadrados, com área para produtos químicos.

Vinicius Santana, gerente de desenvolvimento de negócios da empresa, disse que, como há expectativa de aumento da chegada de cargas de importação ao porto de Salvador, a Multilog prevê manter o crescimento das operações no Nordeste. “Estamos otimistas com a expectativa de novos negócios, especialmente nos serviços de desova e de utilização do pátio para os contêineres”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/10/2025

GOVERNO CRIA GT SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA LEI DAS EÓLICAS OFFSHORE

Da Redação Offshore 03/10/2025 - 10:25



O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) criou, na última quarta-feira (1º), um grupo de trabalho sobre eólicas offshore. Com a participação de 23 instituições, o GT-EO terá objetivo de propor medidas para regulamentar e garantir a aplicação da Lei das Eólicas Offshore (15.097/2025), publicada em janeiro deste ano. A coordenação será do Ministério de Minas e Energia (MME) e há previsão de buscar colaboração tanto do setor produtivo como de entidades da sociedade civil.

Segundo a pasta, caberá ao GT-EO estabelecer normas para exploração de energia eólica offshore, entre as quais critérios para definição prévia da localização de equipamentos, a qualificação técnica e econômico-financeira necessária, sanções em caso de descumprimento de obrigações e para regulação da Declaração de Interferência Prévia. Deverá ainda acompanhar estudos técnicos sobre impactos na atividade pesqueira, na segurança na navegação e em operações portuárias e a criação de um Portal Único de Gestão de Áreas Offshore, com dados sobre o processo.

A expectativa do ministério é de que a exploração da eólica offshore gere 1.200 gigawatts (GW) nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. De acordo com a Pasta, estudos indicam que em áreas da costa com até 50 metros de profundidade e ventos a 100 metros de altura há capacidade de aproveitamento de 697 gigawatts. O governo federal prevê que os investimentos no segmento podem levar à criação de até 516 mil empregos e adicionar cerca de R\$ 900 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) até 2050. Os custos projetados para usinas com fundações fixas variam de 52 e 64 dólares por megawatt-hora (MWh) aproveitado, o que tornaria a exploração vantajosa em relação a outras fontes renováveis.

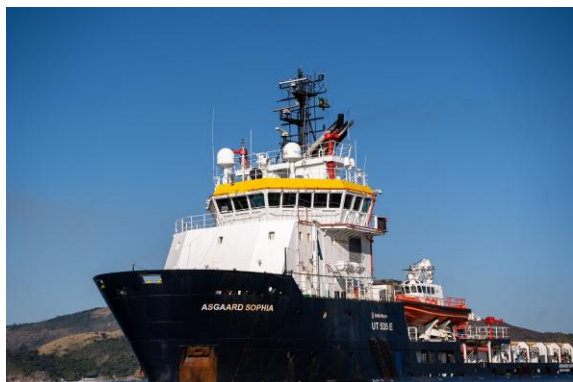
O MME informou que já tramitam no Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) 104 pedidos de licenciamento ambiental de projetos de eólicas offshore, com capacidade de gerar 247 megawatts (MW). O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que a criação do GT-EO busca estabelecer as bases regulatórias para transformar o potencial da eólica offshore em realidade. “Essa é uma oportunidade histórica de gerar emprego, renda e desenvolvimento sustentável, colocando o país na vanguarda mundial da energia limpa”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/10/2025

ASGAARD BOURBON VÊ OFFSHORE AQUECIDO E PLANEJA INVESTIMENTOS COM CAUTELA

Por Danilo Oliveira Offshore 02/10/2025 - 23:20



Após joint venture entre empresas, frota opera com 4 embarcações de apoio para Petrobras, cujos contratos têm duração de 4 anos

A Asgaard Bourbon tem quatro embarcações de apoio marítimo de sua frota em operação para a Petrobras, sendo um OSRV (combate ao derramamento de óleo) e outros três AHTS (manuseio de âncoras) 12.000, que prestam serviços para a petroleira, ambas pelo período contratual de quatro anos. A joint venture das empresas Asgaard e Bourbon percebe um aquecimento no mercado offshore a partir de 2022, com uma redução

mais acentuada em termos de disponibilidade de embarcações brasileiras, além da diminuição gradativa de embarcações ociosas ou operando spot.

“Com a junção, a cultura da companhia foi repensada e mudou um pouco. Em 2022, com as coisas mais no eixo, a Asgaard Bourbon começou a operar no formato que tem hoje”, disse o CEO da Asgaard Bourbon, Fredric Fuerth, à Portos e Navios. Ele explicou que, como o DNA do grupo MLog é financeiro, e não puramente o mercado de apoio marítimo, existem critérios cautelosos de avaliação que levam em conta fatores como a disponibilidade de ativo, contratos e estrutura financeira.

Ele avalia que, desde a queda brusca do valor das diárias agravada por volta de 2015 e 2016, existem em parte das empresas do setor um represamento de custos gerados por ausência de receitas. Segundo o CEO da Asgaard Bourbon, pelos gráficos de disponibilidade de frota, é possível constatar que essa queda foi muito brusca e, de lá para cá, o mercado vem se recuperando aos poucos.

“Hoje estamos muito mais sólidos e cientes de que tipo de risco, de barco e serviço queremos entrar e quais passos queremos dar no mercado de apoio marítimo, aumentando presença, receita e o resultado da companhia, sem nenhum tipo de risco para além do que está embutido no nosso DNA”, acrescentou.

Na fusão, a MLog, acionista principal da Asgaard, comprou embarcações da Bourbon. O CEO mencionou que o OSRV Asgaard Sophia (foto) é uma embarcação que performa bem e que, antes



da fusão, já havia se destacado por três anos no Peotram — Programa de Excelência Operacional em Transporte Aéreo e Marítimo da Petrobras.

Fuerth frisou que tomar risco em relação a novos investimentos em embarcações precisa fazer sentido econômica e financeiramente dentro das métricas do grupo MLog, não dependendo somente de preços atrativos de ativos frente aos preços históricos. Segundo o executivo, a MLog é um private equity disposta a fazer investimentos em embarcações, contando com a Asgaard Bourbon como veículo natural para operar esses ativos.

“Esse esforço conjunto da MLog com Asgaard Bourbon foi testando premissas dos caminhos possíveis que como grupo teríamos condição de tomar. (...) Entendemos que o modelo que mais fazia sentido para a companhia talvez não fosse de aquisição de ativos naquele momento. Precisávamos amadurecer um pouco mais entendendo o crescimento do mercado”, disse Fuerth.

Ele observa que, de maneira geral, existe demanda para esse mercado, o que pode ser visualizado com a menor disponibilidade de embarcações brasileiras e com embarcações estrangeiras vindo para operar em águas jurisdicionais brasileiras (AJB) com bandeira REB (Registro Especial Brasileiro) para evitar bloqueio. Essa modalidade de afretamento, porém, está limitada às regras de uso de tonelagem das empresas.

Fuerth destacou que as quatro embarcações da frota da Asgaard Bourbon foram construídas no Brasil e que a empresa ainda possui tonelagem para trazer embarcação estrangeira via REB. “Esse é um caminho que temos visto de trazer embarcações estrangeiras, ainda assim dando prioridade a embarcações de bandeira brasileira. (...) Não podemos ‘demonizar’ a bandeira estrangeira. Os órgãos reguladores têm que fazer um trabalho bem feito de regulamentação do mercado na verificação dos bloqueios”, analisa Fuerth.

A Asgaard Bourbon considera positiva a abertura de oportunidades para construções de novas embarcações de apoio marítimo no Brasil. Fuerth chama a atenção, entretanto, para a redução da quantidade de estaleiros disponíveis proporcionalmente ao que o mercado ofertava há 10 anos. “Mesmo que esses estaleiros [verticalizados] possam construir para terceiros, é difícil equiparar com os custos para frota própria. E a capacidade de construção é limitada. Quantos projetos cada estaleiro consegue construir simultaneamente e com qual velocidade de entrega?”, indagou.

Para o executivo, o problema da capacidade reduzida da construção naval no Brasil passa por questões como falta de espaço físico, a necessidade de qualificação e atualização da mão de obra, além das dificuldades de acesso a linhas de crédito. “Temos um gargalo para que a bandeira nacional continue tendo aumento relevante se queremos proteger a indústria nacional com conteúdo local e produção nacional, que é a ausência estruturada de estaleiros para poder atender à demanda do apoio marítimo”, afirmou.

A Asgaard Bourbon tem três expectativas principais de oportunidades no apoio offshore a partir do desenvolvimento de novas fronteiras: eólicas offshore, Margem Equatorial e mineração submarina, sendo as duas últimas oportunidades ainda com pontos a serem equacionados. Um deles é a janela de maturação dos projetos próximos à Foz do Rio Amazonas, considerando janelas entre quatro e seis anos, desde o lançamento até a extração do primeiro óleo.

Em relação à mineração offshore, o entendimento é que o assunto ainda é pouco discutido no Brasil. “Existe uma dúvida sobre sustentabilidade e impacto ambiental desse tipo de atividade, mas no Brasil está muito incipiente para termos ideia se é uma atividade que vai se desenvolver em larga escala”, analisou Fuerth.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 02/10/2025



A segunda onda Navegue Simples foi anunciada na última terça-feira (30/09), durante a 1ª jornada com os resultados dos estudos dos grupos de trabalho criados para propor medidas para implementação do programa, desenvolvido em parceria pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para simplificar e modernizar os processos de outorga portuária. Esse ciclo foi iniciado em setembro e será desenvolvido até agosto de 2026, buscando propor e aprimorar medidas para a efetiva adoção do programa, que visa a reduzir à metade o tempo e os custos administrativos para

celebração ou alteração de contratos de outorga.

No curto prazo, o Navegue Simples visa proporcionar uma tramitação mais eficiente e transparente dos processos e reduz prazos de tramitação. A médio e longo prazo, segundo a Antaq, as sugestões vão permitir reestruturar a regulação do setor num sistema mais integrado e eficiente. Um dos objetivos é fazer com que a centralização e a padronização dos processos, com uso de sistemas eletrônicos de gestão, garantam mais rapidez e eficiência na comunicação entre os envolvidos. O programa foi dividido em seis grupos de trabalho (GTs), com participação de representantes do setor privado que desenvolvem projetos para simplificação de processos, licenciamento ambiental, uso de terrenos da União, arrendamento portuário, mitigação das mudanças climáticas e inovação no ambiente portuário.

O GT-01, explicou a Agência, abordou a simplificação e a desburocratização de processos de análise conjunta do ministério e da Antaq. O superintendente de outorgas da agência, Renildo Barros, apresentou os resultados do trabalho do grupo, entre os quais a Plataforma de Regulação Aquaviária (Proa), solução de tecnologia da informação por meio da qual o Navegue Simples será implementado e que será o canal único para processos de outorga portuária. O novo sistema funcionará integrado a várias bases de dados, como Gov.br, Receita Federal, OAB, SEI, Imprensa Nacional e Marinha do Brasil, entre outras. Ele usa serviços cognitivos e inteligência artificial e vai reduzir o tempo de análise das outorgas. A previsão é que passe a ser usado em 2026.

Os GT-02 e o GT-03 trataram do licenciamento ambiental de portos públicos e instalações portuárias e da destinação de terrenos e espaços em águas públicas da União para portos e instalações portuárias, respectivamente. Já no GT-04 foram estudadas medidas de simplificação e desburocratização dos processos de arrendamento de áreas em portos públicos. E nos GT-05 e o GT-06 foram discutidas soluções para redução de impactos e adaptação às mudanças climáticas e inovações no ambiente portuário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/10/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 03/10/2025